

UNIVERSIDADE TIRADENTES

AIRTON ANDRADE MOTA
MARIA WELLIDA DOS SANTOS APOLINÁRIO
REBECA JOZELINE FERNANDES DA SILVA

SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES
SOBRE A COMUNIDADE MARIA DO CARMO,
MUNICÍPIO DE PROPRIÁ-SE

PROPRIÁ/SE
2014

AIRTON ANDRADE MOTA
MARIA WELLIDA DOS SANTOS APOLINÁRIO
REBECA JOZELINE FERNANDES DA SILVA

SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES
SOBRE A COMUNIDADE MARIA DO CARMO,
MUNICÍPIO DE PROPRIÁ-SE

Monografia apresentada à Universidade Tiradentes – UNIT, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof. Me. José Wagner Costa de Santana

PROPRIÁ/SE
2014

AIRTON ANDRADE MOTA
MARIA WELLIDA DOS SANTOS APOLINÁRIO
REBECA JOZELINE FERNANDES DA SILVA

SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES SOBRE A
COMUNIDADE MARIA DO CARMO – MUNICÍPIO DE PROPRIÁ-SE

Monografia apresentada na
Universidade Tiradentes – UNIT, como
requisito básico para a apresentação do
Trabalho de Conclusão de Curso, do
Curso de Bacharelado em Serviço
Social.

Aprovada em: __/__/____

Banca Examinadora

Prof. Me. José Wagner Costa de Santana
Universidade Tiradentes

Prof.^a Esp. Pricylla Kariny Maria Rodrigues Moura
Universidade Tiradentes

Prof.^a Me. Adelina Amélia Lubambo de Britto
Universidade Tiradentes

Dedicamos este trabalho ao Deus vivo que acreditamos conduzir as nossas vidas. A nossos pais e irmãos (as) pelo apoio e esforços, aos quais ofereço todas as minhas realizações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus, nosso Pai criador de tudo e todos, pois como cristãos acreditamos no poder de Deus que direciona nossas vidas ao desenvolvimento social, político, humano, entre outras formas de crescimento na sociedade. É importante também agradecer a meus amigos e familiares que direta ou indiretamente demonstraram motivação no tocante ao carinho transmitido pelas palavras salutaras ao desenvolver de quaisquer acadêmico, não obstante a determinadas desavenças que, por vezes, surgiram no decorrer do relacionamento familiar em questões relacionadas às formas de procedências a serem vivenciadas no estudo, pesquisa e elaboração do TCC. Salienta-se que esses fatores não influenciaram negativamente no decorrer da dedicação para com a monografia, ao contrário, fortaleceu minha maturidade enquanto ser social que busca o frequente desenvolvimento em meio à sociedade. Faço questão ainda de franquear meus agradecimentos aos meus colegas de classe e, principalmente, as minhas companheiras Rebeca e Maria Wellida no enfrentamento desse desafio acadêmico.

Ao nosso orientador, meus pais e demais familiares que se somaram em prol da realização de mais esse importante trabalho monográfico de considerável contributo social para os dias de hoje. Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente puseram um pauzinho na construção continuada do futuro assistente social que pode apreender um vasto aprendizado desde os períodos de estágio até a construção da presente monografia.

Airton Andrade Mota

AGRADECIMENTOS

Á Deus por me dar a força que precisei para persistir com as dificuldades que veio nessa linda jornada. Obrigada por Vós estar sempre me dando graça. Por que “o Senhor é a minha rocha, a minha fortaleza e o meu libertador; o meu Deus, o meu rochedo, e quem me refugio; o meu escudo, a força da minha salvação, e o meu alta refúgio” (Salmo 18:2).

Aos meus pais Jose Antônio e Vera Lúcia pelo amor, incentivo, paciência e em especial a minha mãe por estar sempre comigo me dando suporte e apoio incondicional nos estudos e nas horas difíceis, a meus irmãos Jose Wellington e Clara Monyque, pelo amor e confiança que depositaram em mim. Agradeço muito. Amo vocês incondicionalmente. Obrigada aos meus avós Maria Jose e Nilson Apolinário que de alguma forma são meus segundos pais, as minhas Tias Isis, Fátima e Ozélia, por estar sempre comigo me dando apoio, obrigada por cada incentivo e orientação, pelas orações em meu favor, por estarem sempre me dando auxílio e lutando pela minha felicidade, e primas (o) por estar sempre me dando auxílio bem com a minha prima Fábriça por esta sempre me auxiliado nos horas que precisei. Amo todos vocês incondicionalmente!

Ao meu esposo e companheiro Ítalo Marcel não simplesmente agradeço, mas amo a cada dia, pela sua companhia, paciência nos momentos, mas difíceis, compreensão e carinho em todos os momentos, por esta sempre me apoiando e incentivando para nunca desistir e chegasse ate esta etapa de minha vida. AMO-TE incondicionalmente! Obrigada pelo seu amor, que DEUS em sua infinita bondade nos dê graças de vivemos juntos para sempre! Agradeço também a minha sogra Maria Augusta e minha cunhada Brena Loren por terem me acolhido com muito amor, obrigada pela paciência, pelo incentivo, pela confiança que depositaram em mim e principalmente pela força e apoio nos momentos difíceis que vivemos.

Vocês são mais que sogra e cunhada, são uma mãe e irmão assim posso dizer, obrigada por tudo Amo muito vocês!

Ao meu orientador, agradeço a todos meus colegas que tiveram presentes em minha trajetória acadêmica e a todos os professores em geral do curso de Serviço Social, pela convivência que foi tão importante em minha vida acadêmica e contribuiu para o meu novo olhar profissional.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos e companheiros assim posso dizer Rebeca e Airton pelo companheirismo principalmente na hora que precisei. Obrigada por tudo, agradeço imensamente pela confiança, pelo seu apoio constante, pelas orações e amizade de vocês! Vocês foram mais que amigos foram dois anjinhos de Deus me enviou. O processo de aprendizagem é difícil, mas nos faz crescer... E o produto final é que nos impulsiona a sempre estar aprendendo mais!

O resultado final é a soma da colaboração, de alguma forma, de cada um de vocês! OBRIGADA. E que Deus continue a nos abençoar sempre!

Maria Wellida dos Santos Apolinário

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar expresso minha gratidão e louvor a Deus, por seus grandes benefícios em minha vida, pois até aqui me ajudou o Senhor, me dando força e me encorajando para vencer mais esse desafio. Toda honra, toda glória e louvor sejam dados a Deus!

A minha família: pai Marevaldo Fernandes E minha mãe Edinar Fernandes, meus tesouros aqui na terra, meus heróis, vocês são os exemplos que desejo seguir até o fim da vida. Ao meu irmão Rafael Fernandes e minha cunhada Flávia Fernandes pelo Carinho que tem dado a mim, sem vocês eu não teria chegado até aqui. Obrigado!

As minhas amigas Rhaquel e Aparecida com suas família pela acolhida, e pela contribuição em todas as áreas, nossa amizade o Deus escreveu.

Agradeço também aos meus professores que prestaram assistência para concluir este trabalho, nossos mestres, que durante muito tempo nos ensinaram e nos mostraram o quanto vale a pena persistir.

Aos meus colegas da faculdade, pelo companheirismo ao longo desses quatro anos do curso. E aos meus colegas de monografia, Wellida e Airton, pelo apoio, muitas foram as lutas, mas enfim conseguimos!! Vocês serão sempre lembrados com carinho. Obrigado por tudo! Sentirei saudades...

Enfim, minha eterna gratidão a todos que direta ou indiretamente, me ajudaram para a realização deste trabalho, vai aqui o meu Muito Obrigado!

Rebeca Jozeline Fernandes da silva

“Assim como o percurso de um rio, a vida se molda no seu decorrer de acordo com o ambiente”.

Joubert Senra

RESUMO

O trabalho fundamenta-se, no estudo das problemáticas ambientais e de seus impactos para a vida do ser humano. É abordado como ele influencia o cotidiano das pessoas, bem como, quais os responsáveis por minimizar e intervir em relação aos mesmos. As referidas abordagens adentram uma relevante importância no bojo da sociedade, tendo em vista sua repercussão social e nos mais diversos meios de comunicação. Desse modo, impulsiona motivação para investigar os principais motivos para que ocorram determinados problemas e, por conseguinte suas consequências em decorrência dos impactos ambientais na comunidade Maria do Carmo, município de Propriá-SE. Vale dizer, que as problemáticas ambientais e seus impactos, de modo geral decorrem da omissão da sociedade civil e/ou do Estado no tocante ao seu papel devido no trato do meio ambiente. É importante destacar também a utilização da pesquisa empírica, onde foram realizadas entrevistas aos moradores da comunidade Maria do Carmo, bem como aos funcionários e às secretárias de Educação e Meio Ambiente do município de Propriá/SE. Cabe ainda enfatizar que, como categoria de análise foi escolhida a Política Educacional Nacional - PEN vigente, como ainda outras legislações estaduais e municipais, seja da Educação, seja do Meio Ambiente, e suas formas de efetividade. Nesse sentido, vislumbrou-se no decorrer de tal trabalho a reflexão sobre o valor do Serviço Social atuar no âmbito da Educação, sobretudo no tocante à Educação Ambiental que instrua os indivíduos frente aos problemas e aos impactos ambientais por eles vivenciados e sofridos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Educação; Meio Ambiente; Serviço Social.

ABSTRACT

The work is justifying therefore the study of the environment and their impacts on human life issues. It addressed how it influences people's daily lives as well as those responsible for minimizing and intervene in relation thereto. These approaches they enter a relevant importance in the wake of the company in view of its social impact and in various media. Thus, boosts motivation to investigate the main reasons why certain problems occur and therefore its consequences as a result of environmental impacts in a given community. It is worth saying that environmental issues and their impacts generally arise from the failure of civil society and / or the State with respect to its due role in the tract and the environment. It is also important to highlight the use of empirical research, where interviews were conducted with residents of Maria do Carmo community as well as to the employees and secretaries of Education and Environment of the municipality itself. It should also emphasize that, as a category of analysis was chosen the current national education policy , but also other state and municipal laws is of Education , is the Environment , and their ways of effectiveness . In this sense glimpsed in the course of such work to reflect on the value of Social Service acting under Education, particularly with regard to environmental education to instruct individuals regarding the problems and environmental impacts experienced by them and suffered.

KEYWORDS: Environmental Education; Education; Environment; Social Service.

LISTA DE SIGLAS

ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social;

CEDESS – Conselho de Entidade de Ensino em Serviço Social;

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social;

CMMA – Conselho Municipal do Meio Ambiente;

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social;

FMMA – Fundo Municipal do Meio Ambiente;

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

ONGs – Organização Não Governamental;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PEN – Política Educacional Nacional;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL	19
2.1 Educação ambiental.....	19
2.2 Serviço Social e meio ambiente	29
3 REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DA COMUNIDADE MARIA DO CARMO - MUNICÍPIO DE PROPRIÁ- SE.	39
3.1 A política educacional e suas contribuições para a comunidade Maria do Carmo	39
3.2 Os impactos ambientais mais recorrentes da comunidade Maria do Carmo.....	49
3.3 As contribuições do Serviço Social para o empoderamento de indivíduos e famílias do "Maria do Carmo" mediante o enfrentamento de seus problemas ambientais.....	56
4 CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE	69

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar e pesquisar assuntos inerentes aos problemas ambientais, que normalmente decorrem da falta de uma Educação Ambiental em nossa sociedade, bem como, ainda devido à colocação do trato da questão ambiental em segundo plano por parte do Estado.

O estudo e a pesquisa foi realizado no Conjunto Maria do Carmo, localizado na cidade de Propriá, estado de Sergipe, visto que o ambiente da referida comunidade traz considerável preocupação no que tange a presença de problemas ambientais notórios, sobretudo, pela possibilidade de apresentar grande fragilidade em termos de Educação Ambiental para os moradores do conjunto supracitado.

Vale destacar que, diante de tais questões houve a necessidade de fazer um estudo e uma pesquisa que propicia-se a apreensão dos principais motivos responsáveis pelos impactos ambientais decorrentes do fator questão ambiental na comunidade. Nessa linha de pensamento foram procedidos pertinentes estudos, pesquisas e análises sobre o nível de Educação Ambiental de seus moradores, bem como sobre o papel do Estado através do Poder Público Municipal em relação ao trato da realidade ambiental do Conjunto Maria do Carmo.

O termo Educação Ambiental já vinha sendo utilizado há décadas atrás, e Genebaldo Dias é o teórico brasileiro mais conhecido pela explanação do mesmo. Não obstante, pouco se via em relação às práticas de ações de Educação Ambiental no período referenciado, até pelo conhecimento incipiente sobre a temática.

No tocante aos impactos ambientais, em fins do século XVIII, o mundo começou a se preocupar com as consequências que a Primeira Revolução Industrial causaram ao meio ambiente. Sobre isso, percebe-se um cenário propício ao desenvolvimento econômico separado da preocupação com as condições de um meio ambiente sadio, conforme a

preocupação do escocês Patrick Geddes, apontado na obra de Dias (2004) como sendo o pai da Educação Ambiental.

Na realidade brasileira somente a partir de fins do século XIX que houve uma considerável preocupação com a causa ambiental, todavia com práticas ambientais distanciadas da Educação Ambiental propícia à sensibilização socioambiental que se espera para uma nação. Ressalta-se que havia uma visão externa sobre a questão ambiental, onde não havia uma observância atenta aos ideais de disseminação da solidariedade e da educação entre os sujeitos no tocante ao conhecimento promíscuo da realidade ambiental pela qual estavam passando.

A Educação Ambiental seria um conjunto de valores e práticas, nas quais, os indivíduos podem entender a importância do desenvolvimento sustentável decorrente da interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade. Dessa forma, os sujeitos estariam, então, criando novas formas de conduta perante o trato do meio ambiente como um todo, buscando novos meios para dar resolução aos seus problemas ambientais, de modo que tenha como norte a elevação da qualidade de vida.

A presente pesquisa visa elucidar a importância da educação, e mais especificamente da Educação Ambiental no enfrentamento dos impactos ambientais oriundos de alguns problemas que são gerados no bojo das relações sociais de uma dada comunidade. Salienta-se ainda o valor do somatório de forças entre estudantes, familiares e a própria escola no sentido de promover ações que objetivem a superação das problemáticas ambientais mais recorrentes, com respaldo normativo da política educacional e das demais normas que fortaleçam os referidos objetivos dos atores sociais envolvidos.

Vale destacar, que esse é um ambiente propício a atuação do assistente social. Assim sendo, menciona-se o potencial valorativo do Serviço Social no âmbito educativo, visto que é um espaço que vem ganhando força na profissão, principalmente pela capacidade

dessas em atenuar as expressões da questão social que decorrem da falta ou da insuficiência de educação para alguns indivíduos, e que fragilizam a efetividade dos direitos das pessoas de vivenciarem de forma mais nítida sua cidadania no ambiente educacional.

No contexto de vida da comunidade Maria do Carmo percebe-se a ausência de determinados valores e práticas concernentes à educação ambiental, o que factualmente vinha prejudicando o enfrentamento de seus problemas ambientais, não obstante, mais adiante veremos o esforço de alguns atores sociais envolvidos nesse processo de luta por um meio ambiente sadio e, por conseguinte, uma maior minimização das expressões da questão social decorrentes das problemáticas ambientais do referido conjunto. Há tempos atrás se pensava apenas na sensibilização dos moradores do conjunto, hoje em dia emerge-se a necessidade do somatório de esforços por parte dos atores sociais envolvidos nesse processo (estudantes, famílias, escola(s), profissionais, etc.).

Ressalta-se que problemas como falta de saneamento básico adequado e a não implantação da coleta seletiva do lixo vem sendo um fator preocupante na comunidade, ao cabo que os próprios moradores do “Maria do Carmo” desconhecem e/ou pouco conhecem essa forma de descarte correto do lixo. Sobre o saneamento básico, a maioria dos moradores entrevistados alegaram que a inadequação ou inexistência desse tem trazido à tona impactos à proliferação de doenças, o que vinha sendo fator de preocupação por parte da vigilância sanitária do município.

Embora ainda seja um tema novo para os moradores do conjunto, a Educação Ambiental vem sendo considerada como grande instrumento para a emancipação dos indivíduos no tocante à qualidade do meio ambiente na sociedade. Na realidade da comunidade supracitada, o desconhecimento sobre o que venha a ser Educação Ambiental e sua importância diante do enfrentamento das problemáticas ambientais são fatores preponderantes ao comodismo de seus moradores, visto que impossibilita a organização e a

tomada de decisões frente às ações esperadas para minimizar os impactos ambientais sofridos pelos próprios.

Em se tratando das categorias de análises será considerada a política educacional nacional vigente, e também outros embasamentos normativos a nível estadual e municipal, seja da Educação, seja do Meio Ambiente. E ainda, a Educação Ambiental, suas contribuições e o que ainda precisa ser melhorado no contexto ambiental da comunidade pesquisada.

Os impactos ambientais no conjunto Maria do Carmo vem sendo um problema alarmante, historicamente apresentado na mesma. Os moradores dessa comunidade notoriamente se mostram incomodados com as problemáticas ambientais pelas quais passam ao tempo que confirmam a falta de informação e conscientização por parte deles próprios no tocante aos meios propícios para lidar com o seu meio ambiente. Salienta-se ainda o pouco comprometimento dos gestores municipais em promover palestras, campanhas e mudanças estruturais no conjunto a fim de modificar o quadro que apresenta tamanhas consequências para o cotidiano de vida de cada cidadão da referida comunidade.

Diante desse quadro, o que muito se vê é a intensificação das expressões da Questão Social, que muito tem emergido a tomada de iniciativas da sociedade civil, visto que o Estado não tem demonstrado ainda seu papel diante dos problemas ambientais e suas consequências para comunidade como se espera por parte da população atingida.

Nesse contexto, observa-se que, mediante a situação do *status quo*, ou seja, a realidade de vida em que se encontra maioria expressiva dos cidadãos do “Maria do Carmo” em relação à sociedade em geral pode ser destacado o valor que se deve dar ao estudo e a pesquisa sobre o entendimento que seus moradores demonstram diante das questões ambientais inerentes à realidade de seu meio ambiente.

Por ser considerada uma realidade histórica no mundo, e mais precisamente da comunidade, as problemáticas e seus impactos ambientais requerem valores e atitudes que

direcionem a tomada de ações que visem a uma intervenção pertinente diante do cenário ambiental e social em que se encontram os moradores do conjunto. Sobre isso, cabe então verificar até que ponto os habitantes do conjunto conseguem se relacionar com o meio em que vivem no sentido de buscar uma melhor qualidade de vida para si próprios, e se pensam também em contribuir para o meio ambiente externo ao seu.

Cabe enfatizar que, no primeiro capítulo serão abordadas questões, tais como: a conceituação do que vem a ser Educação Ambiental a partir da visão de alguns teóricos da área, como ainda determinados pontos notoriamente favorável à sua discussão e aplicabilidade na sociedade. Tratar-se-á também da colaboração do Serviço Social no que diz respeito ao favorecimento duma participação ativa das pessoas diante das questões ambientais a elas inerentes. E essas tendo em vista a vivência numa sociedade capitalista que pouco tem dado valor à sustentabilidade na e para as comunidades, grupos e indivíduos.

No segundo capítulo, a princípio será tratada a política educacional, como também o grande valor de sua efetiva aplicação tendo em vista um protótipo de educação visivelmente direcionada para a emancipação dos indivíduos. Serão retratados ainda problemas e impactos ambientais sobre a comunidade Maria do Carmo, município de Propriá, e também as ações que foram e que também podem ser realizadas tendo em vista uma visão pedagógica, normativa e do próprio Serviço Social, adentrando inclusive aspectos positivos e negativos, como também uma possível omissão por parte dos variados atores sociais no contexto da questão ambiental atual, mas que fora historicamente vivenciada no Conjunto Maria do Carmo.

Sobre tudo o que fora mencionado até agora é importante também dar enfoque a importância da atuação do Serviço Social, bem como, suas possibilidades de intervenção diante do quadro ambiental vigente da comunidade Maria do Carmo. Assim sendo, é importante ratificar que o Serviço Social através de seu projeto ético-político abrange as

dimensões que vão desde a metodologia de atuação até a capacidade de uma prática social ética nos mais variados setores ou espaços ocupacionais que visam à transformação societária.

Dessa forma, observa-se ainda a relevância do presente trabalho no que concerne às contribuições positivas para nós, enquanto estudantes universitários, visto que possibilita um norte que visa melhorias para a qualidade de vida dos indivíduos da comunidade referenciada, a partir do desenvolvimento das reflexões e das ações de seus moradores frente a realidade ambiental na qual os mesmos se encontram. Nisso, vale salientar o papel da sensibilização que o profissional do Serviço Social pode propiciar aos indivíduos do “Maria do Carmo”, principalmente pelo viés do emponderamento através do conhecimento e de ações voltadas ao trato da questão ambiental, como sendo fator importante para a elevação da qualidade de vida na comunidade. E é isso que evidentemente pode ser percebido nos subsídios favorecidos pelo trabalho supra referenciado.

E é nesse sentido que, enquanto estudantes de Serviço Social podemos adquirir experiências positivas no que tange a compreensão da importância da inserção desse profissional nos espaços de educação, e mais precisamente numa educação voltada para a preocupação com o meio ambiente em que se vive. E com seu arcabouço teórico-metodológico e técnico-operativo pode, factualmente contribuir para o empoderamento dos cidadãos que se mostrem comprometidos em minimizar ou extinguir os problemas ambientais que mais prejudicam a vida em comunidade.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo abordará o conceito de Educação Ambiental, bem como, alguns pontos favoráveis ao seu debate e aplicação na sociedade. Além de sua importância em si, serão apresentados também à colaboração do Serviço Social no sentido de propiciar subsídios que favoreçam a participação ativa das pessoas no tocante ao trato das questões ambientais numa sociedade capitalista pouco preocupada com o bem estar sustentável das comunidades, grupos e indivíduos sociais.

2.1 Educação ambiental

Falar sobre a Educação Ambiental não é nada recente. Há décadas atrás já se falava sobre o assunto, porém pouca importância era dada, ou seja, poucas providências eram tomadas. A própria iniciativa partiu da população visto que esta questão tem uma forte relação com os movimentos sociais, isto é os movimentos sociais e parte da sociedade civil organizada que de alguma forma se mantém envolvidos para lutar em prol de uma causa, sendo que são vários atores de diferentes camadas sociais, porém luta por um só objetivo, conforme a abordagem de Dias ao se embasar em (GOHN, 2008).

Porém, este assunto de certa forma, não preocupa a todos, ou seja, é algo pouco reconhecido pela sociedade como um todo, no entanto ainda existem instituições públicas e privadas que se engajam neste processo de sensibilização da população para cuidar do meio ambiente. É o que afirma Santana “A Educação Ambiental e as questões ambientais devem ser compreendidas dentro do sistema de relações globais, composta por processos exógenos e concepções externas” (2013, p.14).

Atualmente, existem normas legais que prevê a Educação Ambiental e conscientização da sociedade, dentro das normas educacionais isto é, para instigar desde aprendizado, dentro da própria rede de ensino. Ainda dentro das perspectivas de políticas e programas sociais percebe-se que o assistente social cumpre o seu papel constitucional ao defender o princípio do Art. 225 da Constituição Federal de 1988, de que:

Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL,CF/1988).

Ainda com embasamento em Dias, 2004, a proposta constitucional combina com as afirmações de Hacckel e Lôwy, desde os tempos primatas, percebe-se que o homem é um agente transformador da natureza. Que interagindo diretamente com ela, de início somente para satisfazer suas necessidades imediatas, sem interesse com a acumulação de bens e riquezas.

O mesmo autor elucidava o seguinte: o que diferenciava o homem do animal era o fato de que o homem além de modificar a natureza através do seu trabalho braçal, ainda acumulou conhecimento sobre a natureza e sobre sua existência. Atendendo suas necessidades básicas e conseqüentemente possibilidade a construção de relações sociais capazes de garantir a sobrevivência de diferentes sociedades.

A forte influência do capitalismo trouxe na bagagem o desenvolvimento e aceleração das forças produtivas. Porém, o homem passou a ser a maior ameaça e o grande explorador da natureza sem responsabilidade alguma, almejando apenas o lucro. Deixando de lado uma relação de submissão do homem, e se tornando uma relação de domínio. Totalmente dependente da natureza, devido ao desgaste do meio ambiente, percebeu a importância da preservação ambiental.

No início do século XIX, a questão social foi marcada com novas formas de manifestações, resultado da aceleração da produção, que se dava cada vez mais intensa, direcionada ao capital e trabalho. Nesse período, tanto as mulheres quanto as crianças começaram a trabalhar nas fábricas, e as consequências desse massacre eram inúmeras, entre outros fatores como a superlotação de trabalhadores na zona urbana que se estendeu por toda parte das grandes metrópoles, desenvolvendo assim um risco para o meio ambiente.

A primeira reunião entre os países para discutir sobre as questões ambientais foi realizada na cidade de Paris, em 1923, no I Congresso Internacional para Proteção da Natureza. O encontro foi considerado um marco para com o tema principal a proteção da natureza e o uso racional de seus recursos. A Constituição Federal Brasileira de 1988 foi de fato a primeira a dar importância ao Meio Ambiente.

Na visão de Dias, o contundente treino de Thomas Huxley no que diz a respeito à interdependência dos seres humanos com os demais seres vivos (Evidências sobre o lugar do homem na natureza, 1863). Essa Publicação foi de grande relevância para o diplomata George Perkin Marsh, o qual publicou o livro: O homem e a natureza: Ou geografia física modificada pela ação do homem, documentando como os recursos do planeta estavam sendo gastos, e presumindo assim que tais ações não continuariam sem esgotar a generosidade da natureza. Averiguava as causas da declinação de civilizações da antiguidade e previa um destino semelhante para as civilizações modernas, caso não houvesse mudanças. A ideia fixa de preocupação com o ambiente, contudo havia ainda a um pequeno número de estudiosos e estimadores da natureza. Espiritualidade naturalista e outros.

Esse mesmo autor ainda menciona que nesse momento, o Brasil recebia inúmeras visitas de nobres naturalistas como: Darwin Bates (Inglês que recolheu e levou 8 mil espécimes de plantas e animais da Amazônia), Warning (dinamarquês que conduziu os estudos do ambiente de cerrado, Lagoa Santa, Minas Gerais), o que despertou a atenção dos

estudiosos para abundância dos recursos naturais do Brasil, notada pelos colonizadores. A obra de March conduzia um movimento em prol da preservação, com isso houve a criação do primeiro parque nacional do mundo.

No Brasil, a princesa Isabel autorizava a primeira empresa privada de corte de madeira e só em 1875, o ciclo do pau-brasil de encerra, e em 1920 passa ser considerado extinto.

Os efeitos da revolução industrial que teve início em 1779, na Inglaterra; pelo desencadeamento do processo de urbanização os quais trouxeram sérias consequências para o ambiente natural. Patrick Geddes, o escocês considerado o pai da Educação Ambiental já expressava preocupação, devido ao intenso crescimento econômico do pós-guerra, conseqüentemente iria acelerar a urbanização, e os principais sintomas da perda de qualidade ambiental começavam a surgir em diversas partes do mundo.

Embora no Brasil essa preocupação ainda mínima, e poucos intelectuais cuidavam do assunto. Todavia no ano de 1891, já havia se iniciado uma das práticas mais demagogas, utilizada pelos políticos brasileiros, no que diz respeito à Gestão Ambiental, essa pratica e comum até os dias atuais: Anunciar a criação de unidades de conservação (Parques nacionais, estações, ecologias, reservas biológicas, etc.), sem dar a estrutura devida para o funcionamento, ficando-as apenas no papel. Em março de 1965, durante a Conferência em Educação na Universidade Keele, Grã-Bretanha, surgiu o termo em Environmental Education (Educação Ambiental). Na ocasião, foi aceito que a Educação Ambiental deveria se tornar uma parte essencial da conservação ou ecologia aplicada.

Pelo Decreto Federal nº 8.843, foi criada a reserva florestal do Acre, com 2,8 milhões de hectares, o que pode dizer que mais de um século passado e a implantação não ocorreu até os dias de hoje. Se tornando um ensaio de como seria tratado à questão no nosso país.

Em 1945, a expressão “Estudos Ambientais” começava a ser utilizada por profissionais. Segundo Martins (2007), a Educação Ambiental emergiu entre a década de 1970 a 1980, e estendeu-se por todo mundo um grande aumento da discussão no que diz respeito à questão ecológica. Com propriedade ao perceber essa lacuna, o biólogo Ernst Haeckel, em 1969, propôs o termo “Ecologia” para os estudos de tais relações entre as espécies e destas com o meio ambiente.

Dias ainda nos mostra que nessa época um dos maiores estudiosos no assunto foi Donald Worster, porém suas teorias quase nenhuma foi trazida com eficiência. Nesse mesmo período outros grandes nomes se destacaram sobre a relação entre o homem e a natureza, que não necessariamente reivindicavam as denominações da história ambiental. Segundo as análises de Keith Thomas, o homem é um mundo natural (1983), Raymond Williams, campo e cidade (1990). No Brasil, foi só no final da década de 1990 que se percebeu um avanço mais sensível no que tange a história ambiental.

A Educação Ambiental teria como intuito promover o entendimento de existência e a importância de interdependência econômica, política, social e ecológica da sociedade, prestando a possibilidade de obter conhecimentos, o sentido dos valores, o interesse ativo e as atitudes necessárias visando à proteção e melhoras a qualidade ambiental, induzindo novas formas de conduta nos indivíduos, nos grupos sociais, ou seja, nas sociedades como um todo. Com a finalidade de tornar apta a agir em relação a realidade de seu meio ambiente com objetivo de buscar novas alternativas de soluções para os seus problemas ambientais, como forma de elevação de sua qualidade de vida.

Nesses termos a Educação Ambiental tida como transformadora de sujeitos, deve decorrer primordialmente da possibilidade de desvelar a realidade na qual o indivíduo está inserido em seu contexto social. Em seguida pressupõe que, dotados de instrumentalidades para intervir em seu meio, os atores sociais possam refletir de forma dialética sobre suas

questões ambientais, problematizando-as, e assim promover práticas criativas que visem o enfrentamento das questões ambientais pelas quais estão passando.

É pertinente elucidar que toda instrumentalidade deve ser passada não apenas na forma de conhecimentos ambientalmente corretos sobre o contexto socioambiental dos atores sociais situados no processo, mas ainda que seja promovida a sensibilização e o envolvimento participativo de cada indivíduo constituinte duma dada coletividade. Dessa forma, cada membro de uma determinada comunidade estaria em condição razoavelmente crítica na busca cotidiana de um ambiente saudável para si e para o seu próximo. “Educação Ambiental crítica se propõe a desvelar a realidade, para, inserindo o processo educativo nela, contribuir na transformação da sociedade atual, assumindo de forma inalienável a sua dimensão política” (Layrargues, 2004, p.32).

Para que a conscientização e o envolvimento dos atores sociais sejam concretizados é imprescindível a mudança social por parte de cada indivíduo. E não só deste, mas também de toda a sociedade pós-moderna afetada pela ética do consumismo exacerbado. Duarte (2008, p.177) propõe um outro consenso ético sobre os objetivos da economia dos quais não poderemos excluir o que deve ser o principal, a saber: a existência humana. Ora, não defendermos uma Educação Socioambiental isolada para uma ou outra comunidade, mas sim um educar na ótica global, tendo em vista que “Com o passar dos anos, os problemas ambientais ganham maior visibilidade. A preocupação pelo meio ambiente transcende o local/nacional para projetar-se com problema global” (Fontes, 2011, p.132).

Deve-se considerar nesse contexto a crise ambiental a qual vem dificultando a vida no planeta. Emerge-se o enfrentamento da mesma num processo de reeducação do qual não é cabível pensar um público privilegiado, aonde a Educação Ambiental crítica venha a dar foco. Nesse sentido é necessário pensar as relações socioambientais como um todo, não se limitando ao plano dos valores ambientais aceitáveis. “A Educação Ambiental muitas vezes

limitou-se ao ambiente externo sem se confrontar com os valores sociais, com os outros, com a solidariedade, não pondo em questão a politicidade da educação e do conhecimento” (Layrargues, 2004, p.40).

Num patamar em que a questão ambiental passa a ser cada vez mais assumida por um número crescente de pessoas, a Educação Socioambiental visa o Desenvolvimento Sustentável para todos sem nenhuma distinção entre os indivíduos. Para tanto, Duarte (2004) nos atenta à observância de cinco dimensões, a saber:

Dimensão Social: Dá-se prioridade ao fortalecimento dos direitos e das condições de vida em todos os âmbitos da população, a fim de que possam ser estreitados os padrões de vida dos variados grupos sociais. Essa dimensão é abordada por Fontes (2011) como um mecanismo para o desenvolvimento estável e um crescimento mais equitativo na distribuição de renda para a maioria populacional.

Dimensão Econômica: A abordagem desta pressupõe a defesa do crescimento econômico sem a exploração gradativa, onde seja possível a diminuição da pobreza, tida como um dos elementos responsáveis pela agressão ao meio ambiente. Nesse sentido Layrargues (2004) nos aponta para a mudança de valores simpatizantes com o padrão de dominação do sistema capitalista, de modo que os atores sociais primem por ações democráticas que favoreçam a reestruturação das relações econômicas pelo viés da compreensão do mundo em sua totalidade.

Dimensão Ambiental: Considera-se aqui o meio ambiental em que se processa o labor do modo de produção capitalista no qual se insere os indivíduos. Prima-se pela preservação paisagística e a proteção do ecossistema, tendo como requisito a utilização consciente, bem como o mínimo de desperdício dos recursos naturais disponível para o uso de cada pessoa; pois “somos parte da geração que percebeu os desafios socioambientais e iniciou a busca por soluções”. (Dias, 2005, pág.03)

Dimensão Espacial ou Geográfica: Refere-se a emergência de se prezar por uma melhor distribuição do território, sobretudo no que tange à relação urbano-rural a fim de ensejar um equilíbrio equitativo na concentração do espaço usufruído pela sociedade... (Fontes, 2011).

Dimensão Cultural: Na abordagem desta tem-se em vista o respeito às peculiaridades de cada ecossistema, de suas respectivas culturas e de cada local. Refuta-se a cultura dos desejos infindáveis propostos pela lógica do consumo contínuo da ideologia capitalista impregnada na sociedade vigente. Ideologia esta que nos deixa consideravelmente á mercê do que Layrargues (2004, pág. 31) destaca como sendo “armadilha paradigmática”. Isto é, os indivíduos ficam restringidos como diz a autora jamais se proporcionará satisfação plena para o ser humano em sociedade.

A mudança proposta pela Educação Ambiental transformadora só será possível se, como sujeitos sociais enxergarmos os velhos e os novos problemas ambientais impulsionados pela insustentabilidade da sociedade capitalista. Ora, ao invés de estender o bem-estar ambiental e socialmente ideal para todos, através da restrição do consumo dos bens naturais acaba fragilizando o acesso a uma grande massa de gozarem de um meio ambiente sadio. Nessa linha de pensamento, a dialética de Marx denuncia a degradação do Homem para consigo mesmo, à medida que ao atuar sobre a natureza, todos os seus sentidos e bens advindos do meio natural tornam-se objetos.

Então, não dá pra se conceber esse ser humano como indivíduo livre, emancipado e consciente de seu importante papel a ser refletido e praticado em seu meio socioambiental.

Se faz necessário um questionamento substantivo humano, capaz de colocar como ponto de partida o ser humano e o conteúdo material de suas necessidades. Necessidades estas que possam ser diferenciadas daquelas que diariamente estão sendo criadas para incentivo ao consumo. (Kaap Apud Duarte, 2004, pág. 177).

Tendo em vista as abordagens supracitadas postula-se o conhecimento socioambiental simultaneamente às práticas sustentáveis no tocante à materialização de ideias e teorias comprometidas com as questões socioambientais. A partir daí, conforme aponta Santana (2013, pág. 63) podemos “romper com os vícios herdados de uma sociedade historicamente autoritária, paternalista, individualista e dotados de baixos níveis de educação política e, tratar os problemas ecológicos como problemas políticos”.

Nesse sentido, uma Educação Ambiental transformadora visa:

Promover ambientes educativos de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas sócios ambientais para possamos nestes ambientes superar as armadilhas paradigmáticas e propiciar um processo educativo em que nesse exercício, estejamos educando e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de uma cidadania ativa, na transformação da grave crise socioambiental que vivenciamos todos (Layrargues, 2004, pág. 31).

Torna-se primordial a adesão da consciência e prática ecologicamente sustentáveis por parte dos atores sociais, onde esses possam cotidianamente assumir um pensar e um fazer educativo crítico em suas atitudes do dia-a-dia. Para que isso se concretize, a Educação Socioambiental propõe um olhar e um viver ético, onde cada sujeito possa interagir com o seu próximo, mas também com a natureza e com o mundo. Sendo assim, devermos considerar na abordagem ética da Educação Socioambiental, o conhecimento e a ação que venham a propiciar o respaldo necessário ao consumo consciente dos bens naturais disponíveis, de modo que possam ser evitadas consequências negativas para o meio ambiente.

Vale ressaltar, que compactuamos com a ideia da pedagogia freireana mencionada por Layrargues (2004) que concebe a ética como um mecanismo favorável ao aprendizado conjunto na relação entre os sujeitos que, através do diálogo compreendem e apreendem a realidade socioambiental de forma crítica. Desse modo, factualmente visualizamos o emponderamento político que os indivíduos adquirem através dos subsídios teóricos e práticos propiciados pela ética na Educação Ambiental crítica.

Para a ética da educação ambiental é fundamental que os dilemas éticos contem com o desenvolvimento de conhecimentos capazes de propor ações sem a ocorrência de questões negativas, que esses sejam evitados e quando necessário antecipe a adoção de soluções que resolvam os problemas ambientais antes mesmo que aconteçam. (Santana, 2013, pág. 145)

Postula-se, então, a formação da sensibilidade humana dos atores sociais como um todo: Estado, ONGs, demais instituições e a Sociedade civil em geral, de sorte que cada um use sua inteligência voltada não só para a sustentabilidade ambiental, mas também social, econômica, cultural, etc. Consideremos ainda que, um cidadão educado e sensibilizado diante do meio ambiente em que vive é aquele que se responsabiliza pelos valores, práticas e padrões assumidos, afirmando-se ainda com os projetos e programas de políticas públicas com a solidariedade e a equidade social observando e praticando determinados atos com uma visão macro, sobretudo tendo o fim de almejar a cidadania planetária a partir de seus simples gestos ecológica e socialmente sustentáveis.

Tendo em vista que “a atuação dos atores sociais têm consequências diretas e indiretas sobre a qualidade de vida das populações”, conforme podemos ver em (Santana, 2013, pág. 149), a educação socioambiental aqui proposta visa à construção da “cidadania ambiental” (ibidem. pág. 60), onde cada sujeito possa ter seu espaço ampliado para participar e decidir sobre assuntos inerentes às questões socioambientais. Para tanto, emerge-se o que (Layrargues, 2004) denomina como a “tomada de consciência de seu lugar no mundo, de seus direitos de seu potencial para recriar as relações que estabelecer consigo próprio, com os outros em sociedade e com o ambiente circundante” (p. 104).

Destarte, sua concretude se dará, ao passo que consigamos superar e deixar para trás o modelo de sociedade injusta, que enxerga o indivíduo apenas como mero consumidor, e sem a devida preocupação com o usufruto e o descarte consciente dos produtos no meio ambiente. Por fim, a Educação Socioambiental objetiva também que todos tenham acesso ao

que é produzido e, preferencialmente que seja de modo equitativo, embora sejam aspectos ainda considerados distantes na realidade da sociedade capitalista, que é exploradora, injusta.

2.2 Serviço Social e meio ambiente

Antes de adentrarmos fundamentalmente os aspectos que norteiam e caracterizam a influência e atuação do Serviço Social no âmbito do Meio Ambiente, bem como elucidar alguns elementos característicos deste, imputa-nos fazer uma breve, porém valorosa abordagem sinteticamente ontológica da profissão.

Nesses termos emerge-se tratar a priori das origens dessa de uma forma geral no mundo e de modo mais específico no Brasil. Pois bem. Segundo Martinelli (2011, p. 66):

A origem do Serviço Social enquanto profissão tem, pois a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienações, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.

Nesse sentido, percebe-se a imbricação da profissão ao sistema capitalista enquanto identidade atrelada aos ditames político – ideológicos desse. Daí surge o Serviço Social identificado “como a criança no seio materno” (Hegel Apud Martinelli, 2011, p. 66), que é o próprio capitalismo que produz sua prática humanitária, ratificada pelo Estado e respaldada pela Igreja Católica. É dentro e através desse viés que o sistema capitalista busca expandir e consolidar definitivamente a sua aceitação na sociedade.

No Brasil, a profissão surge em meados de 1930, resultante do considerável interesse pela sua prática social filantrópica fortemente apregoada pela Igreja. Observa-se, então a inexistência da qualificação e de um agir técnico na atuação dos primeiros profissionais da área, ao cabo que limitavam-se a prestar serviços de caridade às pessoas que

dela necessitavam. Salienta-se ainda o suporte do referencial do Serviço Social europeu, já que o país não tinha um modelo próprio de prática social.

Com o passar dos anos verificou-se a insustentabilidade do agir profissional limitado à prática da filantropia, tendo em vista que a acentuação das expressões da Questão Social exigia, sobretudo, por parte do Estado a criação de políticas públicas e a contratação de profissionais capacitados para a execução dessas. Nesse contexto:

O Serviço Social deixa de ser um mecanismo de distribuição de caridade privada das classes dominantes – rompendo com a tradicional filantropia – para se transformar em uma das engrenagens da execução das políticas públicas e de setores empresariais, que se tornam seus maiores empregadores (Iamamoto, 2010, p. 171).

Embora estivesse a caminho do aprimoramento de sua prática profissional, o assistente social limitava-se a atender os interesses do Estado e dos setores burgueses que os contratavam para serem instrumentos de mediação e controle social das classes subalternas.

Fortemente infiltrado na estrutura da sociedade capitalista e exercendo um nefasto efeito alienador, esse era o padrão que determinava a inserção da profissão no tecido das relações sociais mais amplas, suas formas de prática, suas relações políticas com o Estado e com as classes sociais. (Martinelli, 2011, p. 12)

É a partir da reflexão de tal agir profissional injusto e alienante perante seus usuários que emerge-se o que Silva (2011, p. 96) considera “esforço de construção de alternativas de práticas profissional a partir de demandas dos setores organizados” das classes menos favorecidas no sistema capitalista que tendiam a inclinar sua atuação profissional de modo subjetivamente esvaziado da realidade política e social nas quais se encontravam, na atualidade, o perfil profissional se orienta para “projetar e forjar formas de resistências e defesa da vida” (Iamamoto, 2010, p. 161).

Ora, o Serviço Social sempre esteve inserido na tensão da produção e reprodução das desigualdades sociais, situado simultaneamente entre interesses sociais divergentes dos quais está impossibilitado de eliminar e/ou fugir porque marcam a vida em sociedade.

O assistente social convive diariamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria – prima de seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos sociais ao nível dos indivíduos sociais, seja em sua vida individual, seja em sua vida coletiva (ABESS/CEDEPSS, apud Yamamoto, 2010, p.183).

Cabe então frisarmos a importância do assistente social na cotidianidade das relações sociais nas quais se manifestam cobiças antagônicas, que exigem do profissional mediador um cuidado maior no trato de tais relações. Ressalta-se que, historicamente o Serviço Social tem primado, acima de tudo, pela defesa, consolidação e ampliação dos direitos sociais, onde se tem em vista a garantia e o aprofundamento da cidadania, a qual só é possível mediante a participação social dos sujeitos, historicamente oprimidos e marginalizados, tendo como consequência a emancipação dos indivíduos e grupos pertencentes às classes subordinadas. Desvela-se, então a dimensão política – ideológica do Serviço Social que desmistifica sua suposta neutralidade, a qual outrora norteava sua prática profissional. “É na proposta de trabalho Social que o vínculo político é explicitado enquanto vínculo com uma classe social” (Carvalho Apud Silva, 2011, p. 119).

Nesse contexto podemos identificar, portanto, o ideário de luta pelo qual perpassa a profissão no tocante à sua inserção “no processo de transformação do sistema capitalista e ideologia correspondente, e o compromisso histórico com a superação real dos antagonismos existentes nesta sociedade” (Junqueira Apud Silva, 2011, p. 121). Apesar de ser um ideário considerado distante de se concretizar na realidade vigente do capitalismo, estaremos abordando alguns elementos inerentes ao Meio Ambiente, especialmente a contribuição do Serviço Social para a transformação social dos indivíduos e de seu M. A.

Na perspectiva da Educação Ambiental, o Meio Ambiente é “uma totalidade composta pelo meio natural, por ambientes construídos pelo homem, ecologia, política, economia, tecnologia, sociedade, legislação, cultura e estética” (Santana, 2013, p. 142).

O tema meio ambiente deve ser acolhido de forma que seus conteúdos e seus objetivos sejam contemplados e assim possibilitar uma maior percepção da realidade em uma analogia entre conhecimentos teóricos e as questões da vida real (Fontes, 2011, p. 156).

Sendo assim, para além de ações isoladas defendemos o comportamento em prol do meio ambiente, que é a ratificação da atitude seguida do agir e do atuar de modo concreto. “Só pode ser considerado comportamento ambiental se este for acompanhado de bons hábitos e costume a favor do meio ambiente é a práxis e afirmação coerente da atitude” (Santana, 2013, p.104). O sujeito deve, pois, agir – refletir simultaneamente no tocante ao seu comportamento diante da natureza, ao cabo que seus hábitos e costumes devem serem ou estarem voltados para a defesa do meio ambiente. Nesses termos:

A práxis é atividade concreta, pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e para poderem alterá-la transformando-se a si mesma. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. Os problemas cruciais da teoria se complicam interminável e insuportavelmente quando a teoria se autonomiza demais e se distancia excessivamente da ação. (Konder, apud Layrargues, 2004, p.133).

Sabe-se, pois, que nem toda prática social em defesa do meio ambiente será infalível. Desse modo, a ação deve refletir o conhecimento teórico, e este deve ser reatualizado à medida que a realidade das questões ambientais são modificadas. É necessário, então, que os sujeitos sociais visualizem a emergência na mudança de seus valores e atitudes inerentes ao comportamento frente à realidade vigente do vosso meio ambiental. Mesmo que já disponham de considerável experiência na reflexão-ação no trato de seus problemas

ambientais. Estes por sua vez complexificam-se à medida que os sujeitos sociais desenvolvem seus aspectos culturais, éticos, políticos, sociais, tecnológicos, etc.

Assim, devemos perceber que, na busca pelo progresso social do homem existe duas formas propositivas de Desenvolvimento Sustentável. De um lado, a lógica do capital subordina o meio ambiente à mera instrumentalidade na alocação dos recursos naturais, sem que haja uma preocupação objetiva com a reposição concreta desses. Uma segunda concepção de D. S. está voltada à autossuficiência, onde os sujeitos sociais devem se relacionar com meio ambiente no sentido de auferir os bens necessários à sua sobrevivência.

O Serviço Social nesse contexto vai além da defesa da autossuficiência dos indivíduos e de seu meio ambiente. Propõe-se “pensar e estudar os problemas ambientais nas suas relações interdependentes e multicausais, segundo padrões sociais vigentes” (Salvalogia, et. all., 2005, p. 09), a fim de que possam promover ações educativas no tocante à sensibilização e engajamento político dos sujeitos sociais frente às questões ambientais. Visualiza-se, o atrelamento da degradação ambiental ao fator chamado desigualdade social, visto que:

[...] as agressões ao meio ambiente afetam as pessoas que dele dependem para viver e trabalhar, de modo desigual ou segundo sua vinculação ao modo de produção hegemônica (como residir próximo às indústrias poluidoras, lixões, margens dos cursos d’água e á reais com elevada declividade, determinando que grupos em piores condições socioeconômicas fiquem mais expostos do que outros a riscos ambientais (Deluiz, et. all., p. 04).

É salientado ainda que, diante desse cenário socioambiental injusto, o Serviço Social se articula com uma terceira proposição de desenvolvimento sustentável que, fundamentada na ótica transformadora, respalda-se na Ecopedagogia como principal instrumento a ser utilizado na busca de uma sociedade caracterizada por atores sociais participantes na emergência da tomada de decisões inerentes às suas problemáticas ambientais. Vale elucidar que:

A Ecopedagogia considera a Educação Ambiental como uma mudança de mentalidade em relação à qualidade de vida associada à busca do estabelecimento de uma relação saudável e equilibrada com o contexto, com o outro e com o ambiente. (Layrargues, 2004, p. 36)

Na linha da ecopedagogia, o Serviço Social visa analisar a realidade socioambiental, de modo que possa estar como primeira instância interpretando em tal realidade o modo mais condizente de intervir nela, seja através de ações diretas (formulação, execução, controle e avaliação de plano, programas e projetos), ou ainda de forma indireta (formação e conscientização dos sujeitos sociais). Embora seja incipiente o trabalho do assistente social na área ambiental, esse tem como competência inicial sensibilizar os indivíduos e grupos sociais em relação à problemática do M.A, a fim de que possam assumir uma postura de vida socioambiental correta. E mais, que essa postura seja dotada da ciência humana propagadora do “otimismo das nossas vontades” (Gramsci Apud Silva, 2012, p. 51), baseada no sentido de justiça, e que assim a consciência e o fazer politicamente sustentável sejam disseminados na sociedade.

Diante dos problemas socioambientais decorrentes do modelo de sustentabilidade vivenciado na sociedade capitalista, cabe ao assistente social:

[...] empreender uma aprendizagem social com a qual a população adquira uma visão global, integrada, sensibilizada pelo meio ambiental, ou coletiva, na intervenção profissional, sejam coerente com o novo paradigma da sustentabilidade que, para nós é a nova maneira de ver as coisas (Gómez, et all., 2011, p. 29).

Para que a aprendizagem do novo modelo paradigmático de sustentabilidade seja ou se torne concreta, é primordial que o assistente social propicie mecanismo de participação social para os indivíduos e grupos sociais, para que estes possam de forma inovadora lidar com seus problemas ambientais. Desse modo, os sujeitos sociais apreendem condições salutaras para conquistarem a cidadania ambiental, a qual resulta da formação e ação de

sujeitos sensibilizados para o desenvolvimento sustentável que inclua o progresso do ser humano em suas dimensões: econômica, ambiental e social.

A participação social é aprendida na interação social. Isso cria uma cultura de participação (valores democráticos) e constitui um modo de relacionar o ser humano com seu entorno, que não é um modo entre outros, mas o caminho de busca da alternativa que possibilite o desenvolvimento sustentável (ib. idem, p. 25).

É imprescindível que os indivíduos sociais assumam o quanto antes, não apenas o sentimento de pertencerem a uma classe ou grupo social, mas que ajam em prol dela, a fim de que possam superar as dificuldades, os problemas (entre os quais estão as questões ambientais por eles enfrentadas), e assim trilharem em busca da cidadania ambiental¹ emancipatória.

Nessa perspectiva, o processo de conscientização torna-se o motor de um processo emancipador e emancipatório, em que os indivíduos refletem, analisam, propõem, criticam e agem exercendo seu potencial enquanto sujeitos construtores de sua história. (Amaro, 2011, p. 108).

O assistente social é um dos profissionais encarregados de assumir o compromisso consigo mesmo na vivência e no transmitir devidamente os valores e os comportamentos mais sustentáveis para os indivíduos e os grupos no trato de suas problemáticas socioambientais. Ressalta-se nesse contexto a importância da explicação e reflexão ética impulsionadora da ação, caracterizada pelo verdadeiro exercício crítico no tocante aos valores e comportamentos individuais e coletivos voltados ao desenvolvimento sustentável que seja tanto social, como ambientalmente correto. Dessa forma, os sujeitos sociais devem adquirir a formação para uma participação ativa, processual, inacabada, que

¹ O exercício da cidadania ambiental exige o envolvimento e a participação pública, individual e coletiva, para as questões do ambiente, levando em consideração as interações estabelecidas entre o cidadão e as entidades públicas na promoção da cidadania ambiental com o exercício de boas práticas compatíveis com a promoção do desenvolvimento sustentável. (Fontes, 2011, p. 163)

venha a favorecer sua autopromoção diante do papel assumido de prezar pela proteção ao meio ambiente.

Dizemos que participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vira-se, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência a autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (Demo, 2009, p. 18).

Considera-se a participação ativa, como sendo uma conquista, devido a determinante histórica da dominação, onde uma minoria comanda e/ou domina e uma grande maioria é comandada e/ou dominada. E é contra esse fenômeno que o Serviço Social se condiciona a assegurar minimamente a igualdade e a justiça social, que andam juntos com a linha de defesa socioambiental do meio em que os indivíduos e grupos sociais estão inseridos. Para que isso se estabeleça convém que os sujeitos sociais adotem ou adquiram uma maior preocupação com seu entorno. “É preciso que a sociedade torne-se ciente de que o desenvolvimento não deve ocorrer como se fosse um obstáculo com ele, aproveitando adequadamente suas potencialidades, de forma a não exaurir os recursos naturais” (Fontes, 2009, p. 133).

Cabe então aos assistentes sociais trabalharem a consciência do valor da pessoa, numa perspectiva de deveres e direitos, bem como o compromisso que cada indivíduo deve ter frente a manutenção do meio ambiente. É fundamental que exista um cenário harmônico em que se prime pela tolerância de uns para com os outros. O sentimento de cooperação, que também se traduz na solidariedade, manifestação através de práticas de apoio e uma maior comunicação entre cada sujeito, são formas claras de ação focalizada na questão ambiental por eles vivenciada.

Todos esses fatores transparecem a responsabilidade socioambiental que favorece o desenvolvimento sustentável, o qual impede a escassez e/ou o exaurimento dos recursos

naturais. E mais do que impedir o esgotamento destes, o Serviço Social visa a edificação de pessoas dotadas de um olhar crítico em sua cotidianidade frente aos problemas visíveis não apenas no seu meio ambiente local, mas também, e, principalmente a nível global. Vale ressaltar que o assistente social não é o único profissional responsável pela assunção de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Diante de um cenário que reflete a injustiça social, seja em aspectos econômicos, seja nos aspectos políticos e sociais como um todo, torna-se factual a necessidade de se trabalhar de forma interdisciplinar esse determinado fenômeno histórico. “É preciso resgatar o potencial humano que está sufocado pela pobreza, corrupção, medo e individualidade e construir um novo ser social” (Amaro, 2011, p. 108).

Para que isso ocorra, o Serviço Social aliado a outros profissionais, dotados de qualificação técnica e de nível superior, e que se preocupam com a realidade vigente do meio ambiente devem, pois, através da intervenção social contribuir com a construção de uma sociedade justa no que tange às questões ambientais atuais.

A interdisciplinaridade compreende a colaboração entre diversas áreas do saber e do conhecimento, em projetos que envolvem as diferentes disciplinas acadêmicas as práticas não científicas e incluem diversos atores e diferentes instituições. (Fontes, 2009, p. 99)

É no trabalho interdisciplinar que o assistente social deve favorecer a contemplação de uma linguagem socioambiental comum aos demais profissionais das diferentes áreas do saber, e também aos leigos (moradores de uma dada comunidade, ou demais indivíduos interessados com as problemáticas ambientais em foco). Sem essa tal contemplação haveria uma possível separação entre o social e o ecológico, o que viria a dificultar o resultado planejado numa dada intervenção social para a comunidade focalizada.

A direcionalidade dessa relação integradora (entre o “social” e o “ecológico”) também merece uma reflexão prévia. O que se propõe, em primeira instância, é integrar o “social” no “ecológico”, mas não devemos esquecer as possibilidades abertas pelo contrário: integrar o “ecológico” no “social”. (Gómez, et. all., 2011, p. 13).

Nesse sentido, a intervenção social deve levar em consideração o foco de que o ser humano é um ser vivo, e pertence ao meio ecológico. Sendo assim, o Serviço Social juntamente com as demais áreas do saber atuantes nas questões inerentes ao meio ambiente devem primar por ações em que os indivíduos pertencentes a um determinado espaço comunitário possam prezar pela intervenção social proposta, a fim de que as questões ambientais sejam enfrentadas pelo viés do desenvolvimento cultural da comunidade no trato e na vivência de sua realidade socioambiental. Por fim, cabe destacar que o referido desenvolvimento cultural é propiciado através da “ativação das potencialidades e da criatividade de cada sociedade, com relação ao desenvolvimento de si mesmo e ao relacionamento com o ambiente” (Demo, 2009, p. 55).

Urge, portanto a necessidade de garantir a participação dos diferentes atores sociais no processo de intervenção social nas questões ambientais em xeque. É preciso que todos os envolvidos busquem o conhecimento da realidade socioambiental na qual se inserem através de sua análise e crítica que sirvam de instrumento para a promoção de mudanças, sejam elas simples ou profundas. Finalmente, salienta-se que esse é um processo fundamental no que tange à perseguição de uma melhor qualidade de vida socioambiental para todos os sujeitos sociais, e sem distinção de indivíduo algum no processo supracitado.

3 REFLEXÕES SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DA COMUNIDADE MARIA DO CARMO - MUNICÍPIO DE PROPRIÁ-SE.

No presente capítulo será abordada inicialmente a política educacional, bem como a importância de sua aplicabilidade concreta baseada num modelo de educação emancipada dos indivíduos. Serão abordados ainda problemas e impactos ambientais sobre a comunidade Maria do Carmo, município de Propriá, estado de Sergipe, bem como as ações que foram e que podem ser desenvolvidas numa visão pedagógica, normativa e do próprio Serviço Social, adentrando inclusive aspectos positivos e negativos e/ou de omissão por parte dos variados atores sociais no contexto da questão ambiental vigente no “Maria do Carmo”.

3.1 A política educacional e suas contribuições para a comunidade Maria do Carmo

A Política de Educação é considerada uma das políticas públicas sociais do país, e que deve ser garantida pelo Estado, e guiada pelo povo, a fim de que esse tenha seu direito de acesso à Educação respeitado e assegurado como bem comum a todos. Nesse sentido observa-se que o Art. 2º. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dispõe que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, todos atores sociais tem seu papel fundamental na e para a garantia de uma educação de qualidade para cada cidadão de direito.

Ainda sobre a LDB, percebe-se que a Educação Básica busca propiciar aos educandos os meios necessários para que possam progredir no trabalho e em seus estudos posteriores, a fim de que a cidadania seja posta como algo próximo e não distante da realidade desses indivíduos. E para tal, é de fundamental importância que seja assegurado ao educador as condições devidas para trabalho perante seus alunos que vai desde o número de alunos com os quais deverá se trabalhar até ao devido estado material esperado para o professor atuar enquanto docente. Outro fator de necessária importância é a que os conteúdos curriculares sejam transmitidos de acordo com as seguintes diretrizes:

- I** - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II** - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III** - orientação para o trabalho;
- IV** - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. (LDBEN), 1996, p.11).

Cabe ainda destacar o papel que a educação profissional desempenha para a formação do educando para o mercado de trabalho, e mais precisamente para a vida produtiva. É nesse contexto que tal modelo de educação se insere, conduzindo os cidadãos ao aprimoramento permanente de suas aptidões para seu potencial de atuação e contribuição produtiva na e para a sociedade.

Ainda nessa perspectiva é importante destacar o Programa Mais Educação instituída pelo Decreto nº 7083, de 27 de Janeiro de 2010, que dispõe em seu art. 1º que:

O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.

E é dentro dessa finalidade que se observa a importância dada aos aspectos gerais da vida dos educandos que vai desde a investigação científica até a alimentação saudável dos

mesmos. Isso seria facilitado pelo tempo integral de estudos oferecido a eles no contexto de suas atividades estudantis. O Programa dispõe ainda do disposto que menciona a importância da integração da política educacional com as demais políticas sociais. Nesse quesito atentamos para a integração em âmbito local quando que no art. 4º § 3º do programa supracitado tem o disposto que trata o seguinte:

no âmbito local, a execução e a gestão do Programa Mais Educação serão coordenadas pelas Secretarias de Educação, que conjugarão suas ações com os órgãos públicos das áreas de esporte, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente e de juventude, sem prejuízo de outros órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e municipal, do Poder Legislativo e da sociedade civil. (Ibidem).

Segundo entrevista realizada na secretaria de educação, o Programa Mais Educação tem sido um importante contributo para a formação integral dos educandos do município de Propriá como um todo, especialmente nos povoados São Miguel, São Vicente, Santa Cruz e Boa Esperança. Nas comunidades referenciadas têm sido realizados projetos voltados para a Educação Ambiental, onde os alunos aprendiam a plantar verduras no quintal das próprias escolas, e dentro de materiais reciclados, que foi o que mais chamou atenção pelo que fora coletado na pesquisa.

Vale ressaltar que, segundo a coordenadora de Educação do município de Propriá M. J, a escola Municipal Evanildo Serra Pinheiro Nunes da comunidade Maria do Carmo, foco desse trabalho poderá ser em breve uma das futuras instituições educacionais que serão contempladas com a implantação do Programa Mais Educação no município de Propriá.

É importante elucidar ainda que dentre os variados projetos promovidos pela secretaria de educação, podemos destacar o projeto da instituição Carranca realizado em 2008, que tinha como foco principal a conservação ambiental do que a natureza ainda dispõe para os proprienses. Salientam-se ainda as ações executadas recentemente em Outubro de 2013 as quais consistiam na plantação de árvores na margem do rio São Francisco, a fim de

que pudesse ser propiciada para os habitantes do município uma melhor qualidade de vida, sobretudo em relação às sombras e ao ar que se respira em Propriá. Todavia, alguns dos colaboradores do projeto ratificaram a fragilidade na fiscalização dos resultados decorrentes de tal ação, visto que o crescimento das árvores não foi acompanhado, e por isso pouco ou nada se sabe em relação aos resultados atingidos com a execução do projeto. Além desse, destaca-se os projetos inerentes à prevenção do uso de drogas que também tratavam de questões relativas ao meio ambiente, sobretudo no tocante a abordagem de que a plantação e o uso de drogas trariam e trazem prejuízos notórios ao meio ambiente da cidade em geral.

A Educação que se espera têm-se em vista sujeitos que contemplem a consciência como sendo algo a se relacionar com o mundo, e não que seja fazedora e/ou reflexo dele. E tais fatores devem estar associados à realidade de sua cultura, que está ainda marcada pela falta de informação e do conhecimento para se atingir um grau considerável de desenvolvimento dos indivíduos em prol de sua emancipação enquanto sujeitos livres e dotados de direitos e deveres. Daí, então a necessidade de que os educadores de hoje possam estar dispostos a mudar o quadro histórico que propicia um cenário em que as classes menos favorecidas acabam por serem excluídas do acesso à educação de qualidade, e isso sendo reproduzido de geração e geração. Assim sendo, vislumbra-se uma educação em que os sujeitos absorvam os conteúdos, bem como ainda possam estarem desvelando a realidade na qual eles estão inseridos fazendo com que, diante de suas limitações enquanto ser humano possam lutar em favor da transformação democrática da sociedade.

Na perspectiva freireana percebe-se que a alienação, decorrente da exploração e submissão que as classes populares estão condicionadas em seu contexto de vida é responsável pelo atraso educacional em que essas pessoas se encontram, e que, factualmente emerge-se a problematização dessa mesma realidade para fins de uma Educação para a emancipação desses mesmos indivíduos. Assim é essencial que seja feito o “reexame” do

papel da Educação para uma possível “reinvenção” do mundo em que nós vivemos. Nesse sentido é de fundamental importância que o ambiente educacional seja factualmente um espaço aberto não só para comunidade escolar, mas ainda para os membros da comunidade em geral desempenhar mais nitidamente seu papel de cidadãos protagonistas da transformação social que tanto se espera para a sociedade vigente.

É preciso que os indivíduos se sintam sujeitos que pensam, repensam suas vidas cotidianamente, onde de forma crítica possam refletir e agir de acordo com a sua experiência enquanto sujeito social na comunidade em que vive. E que essa postura crítica os direcione a um crescimento mais democrático no acesso e no usufruto à educação, porém através de relações permeadas pelo sentimento de tolerância entre os sujeitos que se confrontam no dia-a-dia. Nesse sentido, a educação que se espera é aquela, na qual seja garantida a qualidade proveniente de seu acesso a partir das condições sociais de cada sujeito de direito.

Sendo assim,

O respeito aos educados não pode fundar-se no escamoteamento da verdade – a da politicidade da educação e na afirmação de uma mentira: a sua neutralidade. Uma das bonitezas da prática educativa está exatamente no reconhecimento e na assunção de sua politicidade que nos leva a viver o respeito real aos educados ao não tratar, de forma sub-reptícia ou de forma grosseira, de impor-lhes nossos pontos de vista. (Freire: 2001, p. 11).

Ressalta-se, então, o potencial ideológico e político de cada indivíduo em seu processo de aprendizagem, o qual sendo observado e praticado garante a consolidação do potencial emancipatório que favorecerá satisfatoriamente o crescimento democrático de todos os sujeitos sociais envolvidos no processo educativo, que deve ser permanente, e ainda, de forma crítica. É preciso pensar o espaço do ambiente educativo como sendo não neutro, ou seja, que possa assumir seu valor no posicionamento em favor da luta de classe, no sentido de se alcançar a mudança social dos indivíduos que, independentemente de seu status na sociedade possa almejar seu desenvolvimento no âmbito da educação.

Vale lembrar que, assim como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, a prática educativa é uma dimensão necessária da prática social. É lúcido deduzir que na relação entre professor e aluno, este ao mesmo tempo que aprende ensina ao primeiro, e vice-versa. É nesse sentido que se vislumbra através da política educacional uma abertura favorável não unicamente à transmissão do conhecimento por parte das instituições de ensino, mas, sobretudo a como os educandos estão apreendendo esse amplo acervo de conhecimento disponibilizado no âmbito da educação. Ou seja, prima-se pela formação do sujeito para o exercício da cidadania, e esta em plenitude.

É preciso deixar claro que, para contemplar a universalidade dos indivíduos, a prática educativa não pode restringir o seu caráter de responsabilidade aos interesses das classes dominantes, mas preponderantemente ao proveito de todos os que visam liberdade para progredir na vida sob o sustentáculo da educação, que faz e se refaz em toda a história.

Cabe destacar ainda a ética ou a “qualidade ética” que Freire elucida como característica da prática educativa libertadora constituída historicamente como fenômeno humano, daí a importância de prezar pela efetividade de uma política educacional que seja voltada para a educação da ou sobre a verdade. Isto é, avançar no sentido de lançar e consolidar uma educação para a liberdade, onde cada indivíduo possa conceber mecanismos para fazer e refazer sua vida, bem como enxergar e atuar de forma emancipada sobre e para melhorias de seu entorno. Sendo assim, o grande desafio para aqueles que promovem a política educacional é a desocultação da verdade opressora e alienadora da sociedade capitalista. Observa-se que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o educando deve ser ou estar preparado para exercer sua cidadania e se qualificar para o trabalho. Todavia, em tempos de Capital Fetiche a cidadania tem sido mais exercida pela inserção do indivíduo no mercado de trabalho, visto que a ideologia neoliberal do poder dominante tem fragilizado o

ser cidadão das pessoas na medida em que as políticas sociais² públicas brasileiras mostram-se restritivas e, por muitas vezes pouco qualificadas para atender bem a população em geral, apesar do caráter universal com o qual muitas delas se apresentam na teoria.

O educador notoriamente comprometido com uma educação de qualidade para seus educandos devem estar “armados de clareza e decisão política, de coerência, de competência pedagógica e científica, da necessária sabedoria que percebe as relações entre táticas e estratégias não se deixarem intimidar” (Freire, 2001, p. 48) pela classe dominante que muitas vezes de modo arbitrário condiciona suas práticas educativas libertadoras no sentido de dificultar suas formas absolutas de efetivação na sociedade.

Os educadores da realidade vigente têm não só a missão de transmitir pertinentemente o conhecimento para os educandos, mas ainda desvelar esse mundo opressor por onde perpassa o poder burguês que visa, como objetivo principal, a manutenção de sua hegemonia pelo viés da ideologia neoliberal.

Embora a proposta da educação disponha de subsídios valorativos para a formação dos cidadãos para a vida no Mercado de Trabalho e em âmbitos gerais da vida humana, a sociedade capitalista age com coerção física e ideológica para submeter os indivíduos à alienação da cultura hegemônica burguesa. Segundo Silva (2012, p. 34) [...] “utiliza-se da escola instituição que visa, em última instância, a transmissão dos conhecimentos acumulados historicamente pela sociedade e a formação de valores”

Nesse sentido pode-se observar uma educação voltada para o pragmatismo do mundo do emprego readequando os níveis de Educação, sobretudo pela grande influência de organismos internacionais como a ONU, UNESCO, Banco Central, etc. que, influenciados pela burguesia propõem algumas consideráveis reformas educacionais nos diversos países,

² Sobre políticas sociais públicas ver Boschetti

inclusive com autonomia nítida do ideário neoliberal, sustentáculo hegemônico da cultura capitalista dominante.

No tocante à alfabetização dos indivíduos, a política educacional deve factualmente contemplar o seu caráter de subsídio politizador para todo e quaisquer indivíduo que nela venha a ter acesso. Assim, o que se espera é que todo educando possa ter condições de almejar o desenvolvimento emancipatório não apenas econômico, mas também político, cultural e social como um todo. Para tanto, não adianta o educador ensinar um indivíduo a ler e escrever, sem que o mesmo assuma uma visão crítica da realidade em que se encontra, como se tudo que está posto fosse normal e impassível de mudança.

Que a alfabetização tem que ver com a identidade individual e de classe, que ela tem que ver com a formação da cidadania, tem. É preciso, porém, sabermos, primeiro, que ela não é a alavanca de uma tal formação – ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania –, segundo, é necessário que a tornemos e a façamos como um ato político, jamais como um que fazer neutro. (Freire: 2001, p. 30)

Sendo assim, emerge-se a necessidade de se prezar por uma alfabetização que seja munida de elementos fortalecedores da identificação de cada sujeito com a sua classe ou grupo social, de modo que os indivíduos possam ser formados para a cidadania, e esta de uma forma cada vez mais efetiva através do aprendizado para o comportamento ativamente político-participativo que direcione a vida do educando para a sua emancipação enquanto sujeito livre, pensante e atuante em seu desenvolvimento enquanto sujeito social.

No tocante à questão do debate do meio ambiente e transversalidade, fundamental no contexto da educação de indivíduos que favorece a emancipação supracitada espera-se que o conhecimento seja transmitido e apreendido pelo aluno no sentido deste compreender de forma ativa a realidade tal como ela é. Daí, então, a questão ambiental ser uma ênfase de debate dos temas transversais relacionados ao meio ambiente, que deve ser assumido como um dos destaques a serem inseridos e debatidos no ensino escolar.

Ora a gravidade dos problemas ambientais decorrentes das relações estabelecidas entre os homens e a natureza, seja coletiva ou individualmente é um assunto passível de aprofundamento no âmbito da escola, a fim de que os estudantes possam enxergar a realidade da interação humana com seu meio natural, mediatizadas e nítidas em suas relações sociais, econômicas, culturais, etc. Ou seja, observa-se a importância de possibilitar aos estudantes uma análise crítica de seus atuais problemas, sobretudo os ambientais que foram desencadeados historicamente pelos portugueses desde a descoberta e/ou invasão do Brasil.

Vale dizer, que os impactos ambientais sofridos pelas comunidades, dentre as quais pode ser citado o conjunto Maria do Carmo que tem certa relação com a utilização predatória da natureza, e principalmente no tocante à falta de preocupação com o meio ambiente para as futuras gerações. Nesse sentido,

Observa-se a recorrência de argumentos que tendem a imputar “culpa” aos portugueses pela forma como nós temos relacionado, ao longo de nossa história e até os dias atuais, com a natureza. É como se fossemos os “herdeiros” de práticas dilapidadoras do ambiente natural, produtos de uma história com caráter inevitável e da qual é difícil escaparmos” (Castro e Resende, 2007, p.19).

Nessa linhagem a exploração dos recursos naturais já vinha absorvendo gradativamente o ideal capitalista de se adquirir lucros pelo viés depredatório visto desde a derrubada de florestas até a utilização do solo sem o interesse de garantir vida produtiva longa para esses. Todavia, as consequências mais sentidas para a sociedade atual é o comodismo presente nas comunidades, onde em muitas vezes nas escolas não se pensa e não há o ensino de temáticas voltadas à proteção e à conservação ambiental. Dessa forma, é de fundamental importância que temas transversais como o próprio meio ambiente seja integrado na dimensão social dos currículos nacionais da educação, sem que se alterem as disciplinas clássicas nas escolas (Geografia, Português, Matemática, Ciências, etc.). O que se aguarda é que através de

currículos flexíveis, os alunos possam assimilar melhor o conhecimento a respeito de suas questões ambientais, e que verdadeiramente se sintam sujeitos responsáveis pelo trato dessas.

Se desejarmos construir uma história que ajude os alunos a compreender que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das pessoas, tanto local quanto globalmente, talvez seja a ocasião para pensarmos que “cabe à história ambiental não se limitar a investigar processos nos quais são ressaltadas as formas pelas quais os seres humanos, historicamente, comportaram-se destrutivamente em relação à natureza” (Castro Apud Castro e Resende, 2007, p. 9).

Dessa forma fica evidente o valor da contemplação da história ambiental no tocante a interpretação e a problematização do meio ambiente como sendo elemento transversal na vida dos alunos, familiares e moradores de uma dada comunidade de modo geral. Assim, a escola estaria favorecendo um espaço salutar para a valorização de cada elemento da diversidade natural pertencente ao patrimônio do meio ambiente brasileiro, como também se espera acontecer na realidade global.

Para tanto, é necessário que além da consciência, as autoridades educacionais assumam atitudes que garantam o debate crítico das temáticas inerentes ao meio ambiente de modo a “formar e socializar o homem para que ele não se destrua, destruindo o mundo onde vive” (Ibidem, p. 8), e que tal socialização se dê numa perspectiva de classe, onde os sujeitos possam reconhecer sua capacidade de superação do status de vida em que se encontram.

Sabe-se que, historicamente, a educação tem assumido uma posição positivista, onde a realidade era encarada de forma neutra e os controles do acesso aos saberes nas áreas curriculares clássicas adentravam como meios nítidos de dominação da ideologia dominante sobre as ideologias das classes menos favorecidas.

Controlar o acesso aos saberes, controlar aquilo que se sabe e aquilo que não se sabe, é um dos meios mais fortes (embora mais dissimulados) exercícios de poder da modernidade, e uma tentativa das principais ferramentas para o exercício desse poder foi e tem sido a escola, por meio do currículo disciplinar (Gallo, 2001, p.18).

Esse mesmo autor nos atenta ainda para o fato de que a educação através da escola faz com que o indivíduo aprenda, de fato, a reconhecer o seu lugar. Nesse contexto, a transversalidade no tocante ao meio ambiente emerge a adoção do convívio social eticamente voltado para eleger o aprendizado da cidadania individual e coletivamente, a fim de que a neutralidade da tradição positivista seja atenuada e/ou superada no âmbito escolar.

Sendo assim, o meio ambiente como tema transversal para debate na escola complementa-se com as demais temáticas, entre as quais estão as contidas nas disciplinas clássicas, favorecendo um novo dimensionamento social do processo educativo que vai para além do “aprender pelo aprender puro e simples”, que não contempla o verdadeiro sentido social e político que os alunos podem e devem incorporar em seu cotidiano estudantil e para a vida em todos os seus aspectos humanos, perpassando, então, a qualidade ambiental como sendo também reflexo da qualidade de vida social que os indivíduos assumem ou vivenciam em comunidade.

3.2 Os impactos ambientais mais recorrentes da comunidade Maria do Carmo

A comunidade Maria do Carmo é composta por pessoas em sua maioria, de baixa renda, embora atualmente muitos vivam numa condição razoável de vida. Quanto às questões de moradia, em pesquisa realizada na mesma constatou-se que dos entrevistados, maioria absoluta desde pequenos moram no conjunto. Ficou evidente também que são poucos os familiares duma residência que exercem alguma função de trabalho, seja na própria comunidade, ou em algum outro local do município de Propriá ou outra cidade circunvizinha.

No tocante ao quesito benefícios sociais, pôde ser visto que boa parte dos moradores do conjunto recebem o Bolsa Família, e uma minoria é beneficiária do BPC, sendo

que 50% dos moradores entrevistados recebem o benefício do Bolsa Família, enquanto apenas 10% recebem o BPC. Sobre tais aspectos, vale ressaltar que, ainda dentro da pesquisa feita, foi percebido que são muitas as crianças nas famílias, as quais em sua maioria estudam, justificando assim o recebimento do benefício familiar supracitado.

Ainda segundo a pesquisa realizada no Conjunto Maria do Carmo, município de Propriá, constatamos algumas problemáticas no mesmo. Nesse sentido, pontuamos: A coleta seletiva ou recolha seletiva, que é o termo utilizado para o recolhimento dos materiais que são possíveis de serem reciclados, previamente separados na fonte geradora, e o Saneamento básico, que pode ser definido como o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que atua ou tem caráter que basta para exercer o efeito negativo sobre o bem estar físico, mental e social. E que é caracterizado também como um conjunto de ações socioeconômicas, tendo como objetivo central alcançar um estado de saúde normal em que vive a população, conceitos esses que se direcionam como fonte de direito às propícias condições de higiene no meio em que os indivíduos se encontram e que devem ser garantidas pelo Poder Público.

Em relação à coleta seletiva, podemos destacar os diversos tipos de papéis, plásticos, metais e vidros. A separação na fonte evita a contaminação dos materiais reaproveitáveis, aumentando o valor agregado destes e diminuindo os custos de reciclagem. O objetivo central da reciclagem é reduzir o volume do lixo, reproduzindo ganhos ambientais, levando em conta um grande investimento ambiental e melhor qualidade de vida.

Para os moradores do Conjunto essa coleta ainda não é feita, e é bem verdade que a maioria deles, não sabe ou pouco conhece o que de fato venha a ser a coleta seletiva. Em pesquisa realizada com 20 moradores do Conjunto Maria do Carmo constatou-se que 60% desses desconhecem o que é e qual a finalidade da coleta seletiva, e os demais 40% conhece o básico do que seria a mesma. Vale ressaltar ainda que os moradores entrevistados de forma

unânime relataram que ainda existem problemas preocupantes com o saneamento básico da comunidade.

Ora, ainda dentro da pesquisa feita na comunidade ficou claro que os moradores deixaram claro que os principais problemas ambientais que eles reconhecem na comunidade são: o acúmulo gradual do lixo que gera um mal cheiro e, por conseguinte uma má qualidade do ar, sobretudo para a vida das crianças e adolescentes do local, e o perigo das doenças que vinham ameaçando alastrar-se, em decorrência da falta de saneamento básico adequado em alguns trechos da comunidade, apesar de alguns esforços dos funcionários da vigilância sanitária para atenuar as consequências de tal problema ambiental, através da prevenção de doenças. Os moradores enfatizaram ainda que a questão do acúmulo do lixo se dá pelo descarte em lugar impróprio e/ou fora da hora/dia que o carro da prefeitura passa para recolher o mesmo.

É nesse sentido que 80% dos cidadãos entrevistados enfatizaram ainda que os moradores do conjunto em geral não se preocupam com o meio ambiente em que vivem, o que para eles dificulta consideravelmente a possibilidade de resolução dos problemas ambientais sofridos pela comunidade. Em relação à preocupação do Poder Público Municipal, 90% dos entrevistados afirmam que não enxergam preocupação das autoridades com a questão do meio ambiente do conjunto em que eles vivem, principalmente pela demora em proporcionar melhorias no tocante ao saneamento básico, e por não ter sido realizado sequer algum projeto em relação à questão do meio ambiente da comunidade por parte dos gestores municipais.

O que mais chamou a atenção na entrevista realizada foi o fato de que 100% dos que foram entrevistados no conjunto referenciado não sabem dizer ou não tem um conceito formado do que venha a ser Educação Ambiental. Faz-se, no entanto a ressalva que 50% já ouviram falar de tal termo em relação ao meio ambiente, mas que não saberiam dizer o que

seria de fato. Nesse contexto, os moradores alegam a importância de se ter maiores informações a respeito de como encarar os problemas ambientais por eles sofridos, sobretudo em relação a uma maior preocupação por parte das autoridades, não obstante aos investimentos que ali já foram feitos para a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade. É o caso da academia pública que fica numa pracinha do conjunto, mas que praticamente não tem relação alguma com a questão ambiental da realidade dos moradores.

Em entrevista feita à secretária de Meio Ambiente M.E, a mesma ratificou a existência de problemas inerentes à falta de um saneamento adequado para a comunidade, todavia ela alega que já está em planejamento ações que venham a atenuar essa problemática, ao cabo que segundo a própria secretária, o município disponibiliza de um orçamento que varia entre 2 e 3 milhões de reais em destinação ao trato do meio ambiente de Propriá, dentro do qual o Conj. Maria do Carmo seria um dos beneficiários com tais recursos. Entretanto, a secretária alega o fato de que há outras prioridades em se tratando de políticas públicas a serem executadas pela gestão pública municipal, o que perceptivelmente retardaria o atendimento à comunidade Maria do Carmo e à Propriá em geral no que tange ao foco do meio ambiente.

Não obstante, o município está construindo o plano municipal de Saneamento Básico em parceria com uma empresa, cujo nome não pôde ser passado no momento da entrevista por parte da secretária municipal do meio ambiente. Vale ressaltar também a implantação da Cooperativa de catadores, que já foi formada, inclusive com reuniões regulares entre os associados da cooperativa. Sua sede está sendo improvisado no antigo sopão, inclusive o Conj. Maria do Carmo é contemplado com mais ou menos 10 catadores de suas mediações, o que favorece um incipiente avanço no quesito coleta seletivo associado à geração de renda para algumas famílias dessa comunidade.

Ainda sobre o meio ambiente, salienta-se que no dia 02 de junho, conforme anunciado pela secretária supracitada planejava-se promover um evento na Universidade Tiradentes, onde seriam convidados os propriaenses em geral, bem como especificamente os moradores do Conjunto Maria do Carmo. Segundo a secretária haveria uma pequena palestra na qual seria contemplado o tema resíduos sólidos, a contar com as presenças de servidores públicos estaduais atuantes na área, a fim de proporcionar uma melhor elucidação do referido tema, bem como deixar clara a importância da sensibilização dos moradores quanto à coleta seletiva em suas ruas, bairros, conjuntos, etc.

Outro avanço perceptível foi à elaboração das leis N° 522 e 523 de 2011 que dispõem sobre o Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) e do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA). Ao ser indagada sobre a efetividade dos mesmos no município e mais precisamente na comunidade Maria do Carmo, M.E esclareceu que, enquanto o Fundo Municipal encontra-se ainda distante de ser colocado em prática nas ações frente ao meio ambiente, o Conselho Municipal está mais próximo de ser organizado e atuar na realidade ambiental do município, inclusive nas ações que serão propostas para o “Maria do Carmo”.

No que diz respeito à realidade do Conjunto podemos descrever que devido à falta de saneamento básico, há várias doenças decorrentes da exposição da água contaminada perante a Comunidade. Fica perceptível, que precisa passar a existir o controle e prevenção de doenças ainda mais focalizada por parte da vigilância sanitária, que resulte numa melhoria da qualidade de vida da população, onde o sujeito terá produtividade social mais adequada, facilitando a atividade econômica.

É de extrema necessidade haver melhoria no saneamento básico do Conjunto Maria do Carmo no âmbito geral, sendo de nossa responsabilidade a ação de informar toda a população sobre o gritante problema supracitado, a fim de que os seus moradores exijam com mais fundamento seus direitos de cidadão.

Por meio disso, é nítido ver que necessário é, construir um mundo em que o homem compreenda a importância de se coabitar numa relação harmônica e equilibrada em seu habitat natural, em que se permita viver com dignidade e saúde.

Nesse contexto há uma grande necessidade que se crie um novo modelo de desenvolvimento ambiental e populacional, para que haja melhoria na qualidade de vida destes indivíduos, de modo que se venha a preservar o meio ambiente, sobretudo pela procura de soluções inovadoras que provenham às necessidades de todos, enquanto membros da sociedade pós-moderna.

É nesse contexto que a pesquisa foi realizada pela professora e coordenadora Sueli Gomes, com a colaboração de boa parte da equipe pedagógica da Escola Municipal Evanildo Serra Pinheiro Nunes. O projeto destinado para a questão ambiental, no município de Propriá-SE, sendo, pois referenciada como objeto de atuação, a Comunidade Maria do Carmo, para se trabalhar o projeto, intitulado: "Meio Ambiente um bem comum". O mesmo tinha como proposta, desenvolver a sustentabilidade do Meio Ambiente, como também desenvolver uma sensibilidade para amenizar os impactos ambientais decorrentes de poluição e pela falta de conscientização da população frente à preservação da própria questão ambiental e o possível reaproveitamento de resíduos sólidos.

Conforme visto no projeto de Sueli, o Plano Diretor de Propriá aborda em seu Capítulo IV. O desenvolvimento sustentável e a introdução de políticas voltadas para Meio Ambiente, que garantam a participação da população em ações direcionadas à Questão Ambiental proporcionando qualidade de vida para a presente e futuras gerações. É nesse sentido que, baseado no plano Diretor destaca-se a Escola Municipal Evanildo Serra Pinheiro Nunes, localizada no Conjunto Maria do Carmo, que foi a primeira a introduzir o Projeto, atendendo cerca de 500 estudantes da comunidade, abrangendo turmas de todos os turnos educacionais.

Como alicerce na perspectiva da Professora Sueli Gomes, induz que “para formar cidadão é necessário gerar um conjunto de condições didáticas que possibilitam aos alunos por meio do estudo da problemática do lixo, gerando uma reflexão sobre alguma relação entre o seu mundo individual e privado e o mundo coletivo, e também sobre as dimensões sociais e culturais presentes em seu cotidiano”.

E ainda: “Assim, variedades de material e as diversas dimensões da presença do lixo no nosso meio de ser refletivas como também as contradições e conflitos ligados ao problema podem ser estudados com os alunos para que reflitam a respeito da complexidade das relações humanas e de suas relações com os ambientes, às paisagens e com o rio São Francisco, presente na nossa realidade”, informações essas que foram transmitidas pela própria professora coordenadora no projeto realizado na escola supracitada da comunidade.

O que mais chama atenção é o fato da sensibilização adquirida pelos alunos objeto-alvo do projeto no que inere aos possíveis impactos ambientais que decorreriam de ações impensadas frente ao meio ambiente em que vivem. O projeto pôde incentivar os alunos a desenvolver atividades de reciclagem por meio de panfletagens, exposição de arte, e pinturas, ofertando as crianças e adolescentes oportunidades de revenderem produtos que seriam jogados no lixo. Para agora poderem ser reciclados e conseqüentemente aumentando a renda da família com esse material.

O projeto foi procedido com a realização de uma Gincana Cultural e Meio Ambiente. O mesmo teve como metodologia incentivar a socialização de pais dos alunos, com a socialização dos alunos, dos seres envolvidos como também na implantação dos coletores da coleta seletiva, nas escolas, a reflexão sobre símbolos de furos das embalagens. Com isso, percebe-se todo esforço da coordenadora do projeto em estar favorecendo a Educação Ambiental para os alunos do conjunto, onde esses puderam aprender e com certeza também ensinar aos colaboradores que realizaram tal projeto.

Percebe-se, então, que, embora haja avanços, muito ainda há de se fazer em relação ao M.A do Conjunto e do município em geral. Para tanto, é de fundamental importância que a política pública do Meio Ambiente seja colocada como sendo também uma das prioridades de nosso país, e mais brevemente no município de Propriá, pois o meio ambiente sadio é um dos responsáveis pela qualidade de vida esperada para favorecer o desenvolvimento humano e social dos indivíduos de um dado espaço geográfico.

Tendo isso em questão, trataremos agora em diante da importância do papel da educação em consonância com o meio ambiente equilibrado pelo viés do empoderamento dos indivíduos no tocante a uma educação de qualidade. Para tanto, observa-se nesse contexto a pertinente colaboração do Serviço Social na escola e seu papel de sensibilização junto aos estudantes e seus familiares numa dada comunidade, como será proposto nas abordagens que se seguirão daqui em diante.

3.3 As contribuições do Serviço Social para o empoderamento de indivíduos e famílias do "Maria do Carmo" mediante o enfrentamento de seus problemas ambientais

Diante das problemáticas supracitadas é cabível fazer a reflexão e a abordagem à cerca do papel do profissional do Serviço Social no contexto da realidade ambiental pela qual passa os moradores do Conjunto Maria do Carmo, localizado no município de própria/SE. Sobre o exposto atenta-se para o fato de que serão tratados alguns aspectos inerentes à formação e ao fazer educativo do Serviço Social na tentativa de se alcançar um grau satisfatório de conscientização de indivíduos e famílias perante seus problemas ambientais vigentes.

Ademais, vale esclarecer que a discussão a ser feita pautar-se-á na relação entre a Educação Ambiental e Educação em termos gerais, sobretudo pelo apontamento da sensibilização, como sendo resultado de uma Educação de qualidade a ser vislumbrada pelos e para os moradores da referida comunidade, sem, no entanto perder de vista a responsabilidade do Estado no que tange à oferta e a efetivação de uma Educação de qualidade. Pois bem.

Historicamente, o Serviço Social tinha sua atuação profissional voltada para a correção dos desajustes de indivíduos e famílias. Conforme vemos em Silva (2012), o assistente social direcionava o seu fazer educativo para o “ajustamento social” de todos aqueles que não se mostravam preparados para a vida em sociedade. Todavia, na realidade vigente o que mais está em voga é a necessidade dos assistentes sociais trabalharem junto às famílias no sentido de proporcionar a elas a efetivação de seus direitos, sobretudo, o de ter um meio ambiente de qualidade.

[...] um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho a partir das demandas emergentes no cotidiano... enfim ser profissional propositivo e não só executivo (Iamamoto Apud Silva, 2012, p. 51)

Enquanto profissional o Assistente Social tem como foco a questão social, com centralidade e em seu histórico tem atuado em suas múltiplas e diversas manifestações. O mesmo tem competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na abrangente realidade social e institucional. Também presentes nos novos espaços sociais e educacionais, e permeável no que tange as questões globais e no enfretoamento individual da vida social dos sujeitos que neles convivem.

Assim, o profissional do Serviço Social tem como uma importante contribuição a edificação de valores e práticas concernentes à Educação Ambiental a partir da garantia do acesso dos indivíduos à educação. No caso da comunidade Maria do Carmo, o assistente

social estaria favorecendo a ampliação do potencial de informações e conhecimento dos indivíduos da mesma à cerca do “social”, seja na comunidade escolar, seja com as famílias da comunidade. Nesse contexto almeja-se a reflexão e a possibilidade de fortalecer ações coletivas frente a seus problemas ambientais que estão entre os responsáveis pelas expressões da Questão Social vigentes na realidade de vida de seus moradores.

“Vislumbra-se na família, sua emancipação autonomia, cidadania, enfim suas potencialidades, as quais muitas vezes em detrimento das problemáticas vivenciadas estão adormecidas”. Acredita-se sim, na transformação social, não aquela que acontece de um dia para o outro, porém o assistente social na escolar tem o compromisso de promover o conhecimento, o acesso às informações e a constante reflexão dos sujeitos sobre as situações cotidianas (Santos Apud Silva, 2012, p. 80).

Dessa forma, o assistente social é caracterizado como um profissional mediador de conflitos sociais, seja entre os sujeitos da escola, seja na relação desses com suas famílias. Essa mediação requer o conhecimento da realidade como sendo resultado da totalidade dessas relações sociais. Nesse sentido, observa-se o interesse dos assistentes sociais, em especial do conjunto CFESS/CRESS em almejar não apenas a ampliação do mercado Profissional na Educação, mas ainda o reconhecimento da posição estratégica dessa nos processos políticos, econômicos, sociais e culturais.

O Serviço Social Escolar pauta-se em um projeto societário mais equânime e justo, que vislumbra na educação possibilidade de crescimento pessoal, de transformação de vidas e de formação de cidadãos conscientes, enquanto sujeito de direitos. Uma educação que sirva meramente os interesses econômicos de um país, mas que seja capaz de transcender o seu real sentido, com vistas ao empoderamento e de cidadania dos envolvidos (Silva, 2012, p. 83).

No cotidiano escolar, o Serviço Social favorece a formulação, observação, correção, e execução de projeto político pedagógico, o que viria a ser algo de relevante contribuição para o enfrentamento da realidade dos problemas ambientais enfrentados pelos estudantes e familiares residentes no Conjunto Maria do Carmo. E dentro da singularidade do

Serviço Social, o firmamento da ação do técnico na escola contemporânea é, e será sempre a educação do cidadão. E no que fora discorrido em Morin Apud Amaro (2011) a Educação para a cidadania deve ser uma educação contextual, multidimensional e complexa. Visto que essas condições são reveladas como uma ação potencializada e emancipatória dos sujeitos nas diferentes instâncias da vida social e comunitária.

É na perspectiva dos direitos sociais a serem alcançados e almejados dentro da Educação que essa mesma autora destaca o Serviço Social no tocante ao desempenho de uma função social voltada para alguns pressupostos, dentre os quais destaca-se:

Cultura e Linguagem: O indivíduo acostumou-se a acreditar que as partes de um todo menos desfavorecido pouco ou nada conhecem “embora”, muitos falam em “Saber popular”. Desagregar o conhecimento do cotidiano, o saber, do fazer, no pensar do mundo em que vivemos. Essa diferença entre quem produz (pensa), e quem reproduzem (vive), o conhecimento acaba gerando alguns estranhamentos e tensões e,

Liberdade e Autonomia: (Amaro, 2011) ao citar Ana Maria Saul, menciona a promessa emancipatória, que trazemos à tona como pretexto norteador, busca o saber da realidade por meio de uma análise crítica, como o intuito de transformá-la. A mesma proposta tem marca política-pedagógica, buscando promover o autodesenvolvimento, e liberdade, desprendendo, em cada sujeito uma maneira de operar, de auto descoberta e autosustentação criativa.

E é nesses aspectos que o principal compromisso do trabalho do Serviço Social Educacional é impulsionar literalmente os sujeitos a criarem sua “própria” história.

Vale ainda elucidar que o assistente social não é o único profissional responsável pela conscientização crítica da comunidade escolar e das famílias dos sujeitos inseridos nessa, todavia deve estar municiado de sua capacidade em tratar suas problemáticas sociais, dentro das quais estão às questões ambientais da comunidade Maria do Carmo que é o foco de nossa

abordagem. É nesse contexto que o trabalho socioeducativo do assistente social dialoga tendo como norte a ideia de educação com a prática da liberdade, de Paulo Freire. Salienta-se ainda que, através de seu projeto ético-político, o profissional do Serviço Social articula valores, conhecimentos e práticas que buscam a organização dos sujeitos para que, de forma criativa possam enfrentar os seus problemas ambientais que mais fragilizam o direito a um meio ambiente de qualidade. Para tanto,

[...] a compreensão da esfera da cultura é fundamental para os Assistentes Sociais à medida que as suas ações profissionais, travadas na relação direta com as formas de vivência cotidiana dos sujeitos sociais, permitem identificar os modos com se forma a identidade social, o senso comum, a funcionalidade das ideológicas, dos mitos, ou seja, aquilo que Gramsci chamou de conformismo e, ao mesmo tempo, a forma de superá-lo, uma vez que este, também, é o terreno para a criação de uma vontade política capaz de romper a razão instrumental que funda a ordem capitalista. (Simionato Apud Silva, 2012, p. 47).

Então, factualmente percebe-se a importância do papel do assistente social no tocante à reflexão/discussão sobre as situações inerentes às questões ambientais da comunidade Maria do Carmo, tomando de certa forma a consciência e o posicionamento mediante as circunstâncias que são apresentadas cotidianamente para os moradores da mesma. Nisso, justifica-se o uso do conhecimento teórico, bem como o domínio técnico e o amplo conhecimento da teia social³ em suas múltiplas faces por parte desse profissional, agora não só executor, mas também proponente de ações voltadas à garantia do direito ao meio ambiente sadio para os moradores da comunidade supracitada.

No que tange às variadas formas de consciência dos indivíduos Gómez (2011) induz que

[...] na formação das consciências é possível distinguir dois grandes processos: a formação intelectual [...] (através da linguagem semanticamente orientada) e a assunção do comportamento e outras atividades não intelectuais. Por isso, na maioria

³ A “Teia social” é uma iniciativa que busca engajar pessoas no estudo de soluções para os principais temas públicos.

da população, a formação das consciências esteve muito ligada às classes e à formação de economia dominante [...]. (Terrón Apud Gomez et. all., 2011, p. 50)

Assim, esse mesmo autor nos fornece alguns subsídios que contemplam aspectos da Educação moral, que notoriamente perpassam pelo refletir/fazer profissional do assistente social no sentido de propiciar uma educação condizente com as ações coletivas esperadas por parte de sujeitos emancipados, a saber:

- Uma educação como direito de todos em sua dimensão tanto individual como coletiva.
- Uma educação da vontade, que motive e oriente as nossas energias, para a criação de outras formas de relação, para modificar as maneiras e formas como consumimos que ajude a esclarecer onde colocamos nossas ilusões e vontades e orientá-las na direção dos valores exigidos por um modelo de vida sustentável.
- Uma educação para viver em harmonia com a natureza.
- Uma educação para um consumo sustentável, seletivo e crítico, que leve os cidadãos a incluir exigências de ordem ambiental e social em seu mecanismo de escolha de produtos.
- Uma educação para promover um pensamento sistêmico, global de que as coisas não ocorrem de forma isolada, nem se dever a uma só causa...
- Uma educação na solidariedade, que mobilize em nós não apenas a compaixão, mas o compromisso, o vínculo afetivo com os outros, a cooperação e o diálogo.
- Uma educação para e no compromisso, pois só através de uma ação comprometida podemos realmente mudar as atividades em relação ao entorno e reconstruir nosso pensamento.

É nesse contexto que o assistente social dever estar cotidianamente apto a prezar pela reeducação dos indivíduos e famílias da comunidade Maria do Carmo, a fim de colaborar

com a construção ao enfrentamento das problemáticas ambientais vigentes na comunidade supracitada. Ora, fortalecer ações coletivas requer o compromisso desse profissional com as práticas socioeducativas que melhor sirvam para serem trabalhadas no processo de mudança social dos moradores do “Maria do Carmo”. Sendo assim, emerge-se uma abordagem sobre o que viria a ser uma educação alienadora e uma educação que se espera a ser atingida, inclusive a contribuição do Serviço Social para que essa última se estabeleça na realidade de vida de todos os cidadãos de direito.

4 CONCLUSÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo inicial o estudo e a pesquisa peculiar às problemáticas ambientais que normalmente ocorrem devido à falta de uma Educação Ambiental em nossa sociedade, tal como no tratamento da questão ambiental em segundo plano por parte do Estado. Tratamos também das consequências causadas pela falta de sensibilização por parte dos indivíduos, e como é dirigida a intervenção e prevenção por parte da comunidade. E conhecer de fato quais as atribuições, ou seja, a atuação do Assistente Social na política Educacional Ambiental, com a finalidade de que se pudesse apurar nossa bagagem assimilada no decorrer do curso.

O estudo e a pesquisa tiveram como alvo o Conjunto Maria do Carmo, localizado na cidade de Propriá-SE, dado que o ambiente da comunidade mencionada traz uma relevante preocupação no que diz respeito à existência de problemas ambientais manifestos. E, principalmente pela probabilidade de expor grande debilidade em termos de Educação Ambiental para os moradores do conjunto supracitado.

Porém no desenrolar deste trabalho, apresentaram-se os fundamentos e os aspectos relevantes ao meio ambiente, bem como as problemáticas ambientais conceituadas como uma expressão da questão social. Resultado da relação capital e trabalho na qual estimula a desigualdade social, e também na restrição dos deveres e direitos dos cidadãos. É nítido que a questão social está inclusa nos assuntos da atualidade, na qual se estende ao serviço social. Pois a intervenção ágil da atuação do assistente social facilita ao indivíduo comum a aptidão analisada para indagar e até mesmo transformar a realidade em que vive.

Dentre os elementos para sobrevivência humana, acreditamos que o meio ambiente é elemento essencial, harmonizando um âmbito de vida mais adequado onde exista a igualdade, justiça social. Embora muitas das vezes, não detectamos, pois muitos sujeitos ainda

não agem de maneira saudável com relação ao M.A. E por consequência de atitudes contrárias à questão ambiental, conseguem afetar principalmente aqueles indivíduos menos alcançados, excluídos e encontrados em situação de vulnerabilidade social. E é nesse momento, que a atuação do serviço social é solicitada, pois é importante para o processo de socialização para com usuários acometidos por essa problemática.

Destaca-se ainda que são por meio das políticas sociais que se consolidam os recursos de proteção social àqueles que possuem condições de fomentar a sua sobrevivência, também os acessos aos serviços públicos na garantia da presença de todos os indivíduos, gerando um crescimento positivo para a nação. Entendemos que o serviço social não é uma profissão que trará resposta solucionadora a todas as perguntas para essas problemáticas. É a partir daí que entendemos a importância da interdisciplinaridade da profissão, junto a outras áreas de devidos profissionais que se unificam com o intuito de melhor desempenho na atuação de forma específica e adequada no que tange às expressões da questão social.

Depois de desenvolvido o estudo da pesquisa, partimos para a segunda etapa a qual nos propomos desenvolver a pesquisa de campo. A partir desta foi desvelado de forma coletiva que os entrevistados pouco conhecem ou desconhecem o conceito de Educação Ambiental.

Para finalizar ressaltamos as devidas atribuições e importância da presença do assistente social como educador ambiental, pois as consequências da crise climática atuam de modo direto na questão social, pois na caminhada para melhor operação enquanto profissão haverá inúmeros desafios, sendo um deles a sustentabilidade que se materializa no comprometimento da existência pessoal e na difusão da cultura e de valores mais fundamentais para o ser humano.

O serviço social ainda é uma profissão inicial no cenário Ambiental, pois é ainda um tema principiante no trabalho profissional do assistente social, mas que futuramente será

de grande valia para a sociedade, Por conseguinte da elaboração de ações sociais no aperfeiçoamento de uma melhor qualidade de vida dos sujeitos e da mesma forma na conscientização da importância do direito e deveres, terem seriedade e compromisso com o meio ambiente, para que possa assim preservar a natureza.

Enfim, a realização desta monografia foi gratificante para nós, à medida que proporcionou assimilar a importância socioeducativa da atuação do Assistente Social em novos espaços sócio ocupacionais do serviço social, e em especial para nossa formação, pois brevemente estaremos exercendo a profissão de assistentes sociais. Fundamentados teoricamente no serviço social no meio ambiente, entendemos e assimilamos que existem as questões sociais, na qual é o instrumento de estudo dessa alegada profissão. Contudo nos sentimos entusiasmados e felizes pelo feito das ações profissionais trazerem mudanças na vida de indivíduos na garantia de seus direitos e deveres. Visando também que este trabalho possa alcançar outros companheiros contribuindo também para futuros parceiros de profissão.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**. 7ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- AMARO, Sarita. **Serviço social na Educação, bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 2001.
- BERALDI, Gisele Spagnol. OLIVEIRA, Maria Rita. **Alimentação e condições sócio econômicas: o caso dos trabalhadores da cooperativa do reciclador solidário de Piracicaba**, 2006.
- BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 9ª. Ed ver. E atual. – [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.
- CANDIOTTO, Cesar; BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B. B. **Fundamento da Pesquisa Científica: teoria e prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARIBÉ, Rita de Cássia do Vale. **Gestão da política do meio ambiente**: Ministério do Meio Ambiente. Disponível no site:<file:///E:/TCC/politica%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o/ldb.pdf> acessado às 16hs00min do dia 20 de Abril de 2014.
- DELUIZ, Neise. NOVICKI, Victor. **Trabalho, meio ambiente e desenvolvimento sustentável: implicações para uma proposta crítica de educação ambiental** - UNESA GE: Educação Ambiental, 2004 / n.22 Agência Financiadora: CNPq.
- DIAS, Genebaldo Freire, 1949. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 9. Ed. – São Paulo: Guia 2004.
- DIAS, Genebaldo Freire. **40 Contribuição Pessoais a sustentabilidade**. São Paulo: Gaia, 2005.
- DUARTE, Marise Costa de Souza. **Meio Ambiente sadio: Direito Fundamental em Crise**. 1ª ed. (ano 2005), 3ª reimpr. / Curitiba: Juruá, 2008.

DULLEY, Richard Domingues. **Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais**: Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Os direitos sociais e sua regulamentação**: coleção de leis. São Paulo: Cortez, 2011.

FONTES, Aracy Losano; AGRA, Leonilde Gomes; SANTANA, José Wagner Costa de. **Meio ambiente e sociedade**. Aracaju: Gráfica Gutemberg, 2009. 176 p.

Fórum de desenvolvimento regional e meio ambiente - **política, legislação e gestão ambiental, 2009**.

GOMEZ, José Andrés Domínguez; AGUADO, Octávio Vázquez; PÉREZ, Alejandro Gaona Pérez, (orgs.). **Serviço Social e Meio Ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; revisão técnica de Marcos Reigota. – 4º. Ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Normas para Referências, Citações e Notas de Rodapé da Universidade Tiradentes**/Hortência de Abreu Gonçalves. Aracaju: UNIT, 2003. 82p.il.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Meio ambiente e política internacional**: Conflitos e impasses que marcam o século XXI, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche: Capital financeira, trabalho e questão social**. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Planejamento e políticas públicas. Número 33, jul./dez. 2009.

LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**: 16. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. Série Núcleo de Pesquisa. São Paulo: Veras Editora, 1999.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. PICCIN, Marcos Botton. Movimentos Camponeses E Questões Ambientais: Positivção da Agricultura Camponesa? In: **Revista Extensão Rural**, Deaer/Ppgexr – Ccr – Ufsm, Ano Xv, N° 16, Jul – Dez De 2008. Disponível no site: <<http://www.cnmp.mp.br/premio/premiados/23:teia-social>> acessado às 15hs00min do dia 01 de julho de 2014

SANTANA, José Wagner Costa de. **Educação e meio ambiente**. Aracaju: UNIT, 2013.

SANT'ANA, Raquel Santos (org.). **O Averso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador** / Raquel Santos (org.)...et al. – 1º. Ed. – São Paulo: Expressão Popular. 2010 464 p.: tabs., fotos.

SILVA, Marcela Mary José da. **A Materialização do Projeto Ético-político do Serviço Social**. Campinas, SP: Papel Social. 2012.

SILVA, Marcela Mary José da (org.). **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coordenadora). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura..** – 7º. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 3).

VIEIRA, Paulo Freire. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Planejamento**. Disponível no site: <[http:// politicaeducacional20112.blogspot.com.br/2011/09/teoria-paulo-freire.html](http://politicaeducacional20112.blogspot.com.br/2011/09/teoria-paulo-freire.html)> acessado às 11hs30min do dia 17 de Abril de 2014.

VON, Marli Renate in. Roesler, Borstel. Cesconeto, Eugênia Aparecida. Salvalgio, Ana Rosa Schneider, Micheli Cristine - **As questões ambientais enquanto processo de pesquisa no serviço social: 2º Seminário Nacional**, Estado e Políticas Públicas no Brasil, 2005.

DEMO, Pedro, 1941. **Participação é Conquista: nações de política social participativa** / Pedro Demo. – 6. Ed. – São Paulo, Cortes, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE - A

UNIVERSIDADE TIRADENTES

“SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES SOBRE O CONJUNTO MARIA DO CARMO – MUNICÍPIO DE PROPRIÁ-SE”

ROTEIRO DE ENTREVISTA

01. Há quanto tempo o (a) senhor (a) mora na comunidade? _____ anos e _____.

02. Onde nasceu (Cidade e Estado)? _____

03. Por que veio morar na localidade (Cidade e Bairro)?

04. Estado Civil: Casado () Solteiro ().

Quantas pessoas há na família: _____

05. Quantos trabalham e o que fazem?

06. Recebe algum benefício social do Estado? Sim () Não ().

Se sim qual? _____

07. Quantos filhos têm e moram na mesma localidade e residência? _____

08. Quantos em idade escolar e qual escola estudam e horário? _____

09. O que fazem quando não estão estudando? _____

10. Para o (a) senhor (a) o que considera ou reconhece como algum problema ambiental aqui na comunidade? _____

11. Quando ocorreu? Ou qual a frequência que acontece! _____

12. Quais as consequências sofridas pela comunidade? _____

13. O problema já foi resolvido? Sim () Não (). Quem resolveu ou órgão público?

14. Acredita que os moradores de sua comunidade se preocupam com o meio ambiente em que vivem? Sim () Não (). Por quê? _____

15. As autoridades do município se preocupam com o meio ambiente em que vocês vivem? Sim () Não (). De que forma? _____

16. Os moradores colaboram com eles na preservação do espaço em que vocês moram? Sim () Não () Como? _____

17. O que entende por educação ambiental? _____

18. O (a) senhor (a) considera a educação ambiental importante para a vida de vocês na comunidade? Sim () Não (). Por quê? _____

19. Já foi desenvolvido algum projeto ou atividade sobre o tema Educação Ambiental aqui na comunidade? Sim () Não (). Qual o nome? _____

20. Qual a sua opinião sobre o projeto desenvolvido? _____

21. Qual o principal resultado positivo para a comunidade? _____

22. Na sua opinião considera importante desenvolver qual projeto ambiental em sua comunidade? _____

22. O que os Governos Federal, Estadual e Municipal deveriam fazer para melhorar a condição de vida da comunidade?

Observações do grupo para problemas importantes não relacionados nas perguntas:

APÊNDICE - B

FIGURAS 01 a 11:
Propriá - Sergipe
Registros das entrevistas com a comunidade
2014





Fonte: Trabalho de campo, 2014. Créditos para os autores da pesquisa.

